PLANO DIRETOR MUNICIPAL

JUNDIAÍ DO SUL- PR











MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL Plano Diretor Municipal

Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

SUMÁRIO

SUN	/ÁRIO	. 2
INT	RODUÇÃO	. 4
1.	PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	. 7
ASP	ECTOS AMBIENTAIS	. 8
	Recuperação e Preservação Ambiental	9 9 9
	SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO BIENTAL	11
ASP	ECTOS DE INFRAESTRUTURA	12
	Saneamento Básico Sistema de Abastecimento de Água Esgotamento Sanitário Coleta, Destinação e Tratamento de Resíduos Pavimentação, Acessibilidade e Mobilidade Urbana e Rural - Drenagem Urbana Recuperação da Paisagem Urbana Iluminação Pública	12 13 14 14
3.	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	16
ASP	ECTOS ECONÔMICO	17
	Agropecuária	17
ASP	ECTOS SOCIAIS	18
	Saúde Educação Cultura, Esporte, Lazer e Turismo Assistência Social Habitação de Interesse Social Segurança Pública e Defesa Civil Serviços Funerários	19 20 20 21 21
4.	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTIC 23	Α
MON	NITORAMENTO DA APROVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROPOSTA	25
	Lei do Plano Diretor Municipal. Lei do Perímetro Urbano	25 26 26 27 27



MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL Plano Diretor Municipal

	O SISTEMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DO PLANO RETOR	74
	EXO I - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2018 A 2022EXO II - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2023 A 2027	
	COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2023 A 2027):	
4) (COMPORTAMENTO DAS RECEITAS (2023 A 2027): ANEXO II	69
3) F	RESULTADO PRIMÁRIO (2018 A 2022):	69
2) (COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2018 A 2022):	69
1) (COMPORTAMENTO DAS RECEITAS (2018 A 2022): ANEXO I	68
8.	PARECER TÉCNICO	67
	INDICADORES E METAS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA ÕES PREVISTAS NO PAI	
6.	RESUMO DAS AÇÕES	31
ORI	Aquisição de área instituída como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) DENAMENTO FISICOTERRITORIAL E DO SISTEMA VIÁRIO	
5.	ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FISICOTERRITORIAL	. 29
	Forma de Análise da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal	
	NITORIZAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITUF NICIPAL	
	Forma de Análise	
	28	
ACC	DMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS NO	. L.V.I

Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

INTRODUÇÃO

O Plano de Ação e Investimentos (PAI) trata do indicativo das ações e projetos que terão prioridade no Plano Diretor Municipal (PDM), resultado da etapa Diretrizes e Proposições, com a hierarquização de investimentos em infraestrutura básica e social, equipamentos em geral e ações institucionais.

Nele são apresentadas as estimativas de custos de instalação e implantação dos programas e projetos para os próximos cinco anos e a compatibilidade destes custos com a projeção orçamentária, analisando a futura capacidade de investimento e de endividamento do Município, bem como as verbas que poderão advir de ações políticas com obtenção de recursos a fundo perdido.

No PAI Municipal são elencadas as propostas para as áreas prioritárias de atuação.

O PAI é fruto das análises comunitárias e técnicas e está dividido em medidas urbanísticas de cunho concreto, diretrizes políticas norteadoras da legislação do PDM, de suas leis complementares e de órgãos da administração municipal envolvidos nestas ações, e entidades públicas a quem a administração poderá buscar apoio. As propostas são descritas segundo os seguintes eixos de desenvolvimento:

- Proteção e Preservação Ambiental;
- Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- Desenvolvimento Socioeconômico;
- Desenvolvimento Institucional;
- Desenvolvimento e Ordenamento Fisicoterritorial.

A elegibilidade das ações e projetos prioritários deu-se através do debate dos problemas e potencialidades encontradas no território municipal e, neste processo de discussão, os principais atores foram: Equipe Técnica Municipal do PDM, Comissão de Acompanhamento do PDM, Administração Municipal, Legislativo Municipal, Equipe Técnica da Consultoria e, fundamentalmente, a comunidade em geral em seus diversos segmentos representativos (Conselhos, Associações, EMATER entre outros).

As ações contempladas no PAI, que serão hierarquizadas para o período entre 2022 e 2026, são resultantes da etapa Diretrizes e Proposições, que demonstra ações definidas em curto, médio e longo prazo.

Para definição do número de projetos prioritários adotou-se o critério de estabelecer as principais ações para cada tema de intervenção, respeitando, para tanto, o período dos próximos cinco anos, levando-se em consideração os seguintes indicadores:

Construção e consolidação da estrutura urbana proposta pelo PDM;



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

- Melhoria nos índices sociais e econômicos;
- Modernização da administração, com redução de custos;
- Melhoria na qualificação e produtividade;
- Agilidade no atendimento da população local.

Desta forma, as ações foram classificadas em curto (de 1 a 2 anos), médio (de 2 a 4 anos) e longo prazo (de 4 a 5 anos), sendo estimados valores para a execução das Medidas Urbanísticas e Políticas a serem realizadas, bem como apontadas possíveis fontes de recursos a quem a administração pública poderá recorrer, tanto para financiamento quanto para desenvolvimento de projetos a fundo perdido.

A análise da capacidade de investimento envolve o ocorrido nos exercícios de 2017 a 2021 e a projeção do que poderá ocorrer nos anos de 2022 a 2026. Demonstra-se a provável evolução das receitas e despesas e o que poderá ser gasto em termos de dispêndio, com investimentos, encargos e amortizações.

Cabe destacar que, despesas com manutenção de atividades e custeio da Administração Municipal, inclusive com o pessoal ativo e inativo, não serão objeto de financiamento nem consideradas para efeito de contrapartida dos municípios aos projetos.

Várias medidas apontadas na construção do PDM poderão ser tomadas sem custos adicionais aos que o Município já possui, bastando apenas adotar medidas administrativas de forma a racionalizar e otimizar procedimentos e ações, especialmente na área institucional. Isso dará mais agilidade e eficiência à máquina administrativa.

Tais previsões por si só não asseguram a eficácia do PDM, necessitam de medidas de implementação, desenvolvimento de projetos e ações efetivas preconizadas neste Plano.

Nas proposições das ações foram levados em conta o Plano Plurianual (PPA) e outros planos governamentais setoriais correlatos.

As políticas públicas para a área de saneamento, recursos hídricos, proteção do meio ambiente e proteção e promoção da saúde também foram levadas em consideração na formulação destas ações.

Entretanto, os planos e políticas públicas, nos aspectos de implementação podem sofrer alterações em função de políticas governamentais ou fortes impactos na economia, devendo as ações e metas contempladas serem revisadas e adaptadas às novas condições, quando da sua implantação.

A compatibilização de planos é um processo bilateral, já que quase sempre estes são formulados em momentos diferentes, fato que exigirá complementações de um ou de outro plano. Os planos, por sua própria natureza não são estáticos, devendo, sempre que necessário, sofrer adaptações e atualizações.



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

Para atribuição dos valores estimados para cada ação foram realizadas diversas consultas junto a fornecedores, prefeituras que estão implementando projetos e executando obras semelhantes, junto à Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU) do Estado do Paraná e, no caso dos produtos, máquinas, veículos, equipamentos, softwares, etc., em publicações e sites especializados. Entretanto, estes valores são estimados levando-se em conta a realidade econômica e de mercado atual, o que exigirá da administração municipal atualização e adaptação dos custos conforme detalhamentos em projetos específicos elaborados e implantados no devido tempo.

A identificação de algumas das possíveis fontes de financiamento por si só não garante a obtenção dos recursos, devendo vir acompanhada de projetos específicos, gestão administrativa e política para a concretização de financiamentos.

1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

Um dos princípios constitucionais fundamentais norteadores do PDM é a garantia do direito às cidades sustentáveis. O princípio de desenvolvimento sustentável passou a ser um componente fundamental do desenvolvimento territorial (urbano e rural), pelo qual os seres humanos e suas futuras gerações são o centro das preocupações e têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, conforme dispõe o princípio 1 da Agenda 21.

No PDM de Jundiaí do Sul, a proteção e preservação ambientais tornamse a base do desenvolvimento municipal, interferindo não apenas nas ações diretas, tais como intervenção na fauna, flora e recursos hídricos, como também na definição de uso do solo, nas ações para saneamento ambiental e infraestrutura.

ASPECTOS AMBIENTAIS

Recuperação e Preservação Ambiental

Conforme diagnosticado na Avaliação Temática Integrada, o município de Jundiaí do Sul apresenta alguns remanescentes florestais. O município de Jundiaí do Sul não possui continuidade de vegetação, sendo possível identificar apenas fragmentos de vegetação em seu território, apresentando-se apenas nas nascentes de algumas hidrografias e nas áreas de reserva legal.



Fonte: Google maps-2023

As matas ciliares recebem ênfase dentro da recuperação ambiental, pois, como define a Lei Federal nº. 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro), têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e de flora, bem como proteger o solo e assegurar



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

o bem-estar das populações humanas. A mata ciliar é área de preservação permanente, devendo ser respeitada uma extensão específica de acordo com a largura dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes.

Na busca do ambiente equilibrado entre natural e construído, além de ações preventivas (como controlar e disciplinar atividades de potencial impactante e o uso dos recursos naturais), é necessária a realização de ações reparatórias (como plantio de mudas nas margens de corpos d'água). São previstas neste Plano de Ação e Investimentos também ações de incentivo, cujo objetivo é reduzir e inibir processos que exaurem os recursos naturais, ou seja, deve-se economizar material e energia.

Controle de Recursos Naturais

Como a água é fator limitante para a existência de toda e qualquer atividade urbana ou rural, deve-se estimular e exigir a adequada utilização e preservação dos recursos hídricos dos municípios. Existe a necessidade de controle e monitoramento constante da qualidade da água utilizada para o consumo humano através da conservação dos mananciais de abastecimento.

Outro fator importante para a preservação dos recursos hídricos é a conservação dos reservatórios naturais de água destinados à garantia da funcionalidade das estruturas drenantes, mantendo a vazão adequada através de manutenção periódica.

Cabe destacar que a recuperação das APPs é fator determinante para a conservação dos recursos hídricos.

Legislação Ambiental Municipal

Além das áreas de preservação permanente, estabelecidas pela Lei Federal nº. 12.651/2012, existe também no Município outras áreas que devem ter usos especiais de acordo com a Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAT nº. 05 de março de 2008 que define critérios para avaliação das áreas úmidas e seus entornos protetivos, normatiza sua conservação e estabelece condicionantes para o licenciamento das atividades nelas permissíveis no Estado do Paraná.

Em decorrência das formas de uso/ocupação, que na maioria das vezes, não consideram as características naturais, gerando uma série de problemas socioambientais, a criação e a implantação de processos institucionais e sistemas legais de regulamentação das questões ambientais no território municipal são necessárias. O monitoramento e a fiscalização fazem parte desse processo, assim como a capacitação de funcionários municipais para lidarem com essa realidade.

Arborização Urbana

Jundiaí do Sul possui um plano de arborização urbana, que deve ser implementado, para que não ocorra alguns conflitos, como plantio de espécies



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

inadequadas, espaçamentos irregulares entre as árvores, interferência na rede de iluminação pública, rompimento das calçadas formando obstáculos nos passeios.

Em função desta valorização da paisagem urbana que tem inúmeros efeitos ambientais e estéticos, são propostas intervenções imediatas, assim como, proporcionar mais áreas verdes na sede urbana.

Educação Ambiental

A Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 - Da Educação Ambiental – exige que os estados e municípios possibilitem a inserção das questões relacionadas à educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Já nos seus dois primeiros artigos deixa isso bem claro:

Art. 1º. Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Cabe à Administração Municipal intervir junto às escolas e à comunidade para a efetivação desse processo, com a inclusão de atividades e práticas ecologicamente sustentáveis no cotidiano da população.

MB Consultoria e Planejamenti

Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA

Considerando a proteção ambiental, sabe-se que a infraestrutura urbana interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente. A falta de pavimentação, galerias de águas pluviais e esgotamento sanitário, além da destinação incorreta de resíduos são fatores que potencializam a degradação ambiental.

Investimentos em saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos, drenagem e pavimentação) diminuem a incidência de doenças e internações hospitalares e evitam o comprometimento dos recursos hídricos do Município.

Saneamento Básico

Acompanhando a preocupação das diferentes escalas de governo com questões relacionadas ao saneamento, a Lei Federal nº. 11.445 de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento, bem como para a política municipal do setor. Entendendo saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, a Lei condiciona a prestação dos serviços públicos destas áreas à existência do Plano Municipal de Saneamento Básico, o qual deve ser revisto periodicamente.

O município de Jundiaí do Sul possui o Plano Municipal de Saneamento Básico, que deve ser implementado no Município.

Sistema de Abastecimento de Água

O município de Jundiaí do Sul mantém um contrato de concessão de operação e manutenção do sistema de abastecimento de água tratada com a Sanepar na sua sede urbana, já as localidades rurais não são atendidas totalmente.

De acordo com o Atlas Brasil em 2010, o sistema de abastecimento de água atende a 100% da população urbana do município com disponibilidade de rede de distribuição de água.

Quanto às categorias de abastecimento, segundo a IPARDES/2020, há atualmente 1.297 ligações atendendo 1.318 unidades. O consumo médio Per Capita do município é de 156,6 l/habitantes/dia com o valor médio de 2,60 R\$/m³.

Esgotamento Sanitário

O município de Jundiaí do Sul, iniciou no ano de 2022 as obras de implantação da rede coletora de esgoto e estação de tratamento, nesta primeira etapa, a rede coletora contemplará 40% das residências do perímetro urbano. A proporção na



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

esfera da mesorregião, indica que a minoria de seus 79 municípios possui taxas de atendimento dos domicílios com esgotamento sanitário acima de 80%.

No Município, entretanto, sempre existiu o agravante de que a população utiliza, comumente, a fossa rudimentar construída de maneira irregular. Ao contrário desta, a fossa séptica com o sumidouro, desde que adequadamente construídos e eficientemente manejados, geram menor impacto ambiental do que sistemas inadequados de tratamento de esgoto coletivo.

Coleta, Destinação e Tratamento de Resíduos

O município de Jundiaí do Sul atua diretamente na prestação desses serviços, efetuando a coleta de resíduos sólidos urbanos, compostos por resíduos domésticos e comerciais (equiparados a domésticos).

Em Jundiaí do Sul, 89,95% da população total é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares. Vale reparar na diferença da taxa de cobertura da população urbana, de 98,42%, frente à população rural, de 67,64%. (SNIS)

Jundiaí do Sul possui coleta seletiva de Resíduos Sólidos, e recupera 23,53% do total de resíduos coletados no município. No estado, a taxa de recuperação é de 8,51%, e no país é de 3,62%. (SNIS)

A Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul atua na execução dos serviços de saneamento básico de coleta e disposição de resíduos sólidos disponibilizando pessoal e equipamentos próprios. Destacando que Jundiaí do Sul, juntamente com os municípios de Guapirama, Joaquim Távora, Conselheiro Mairinck e Quatiguá, integram o CIAS – Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário. Em regra, os serviços de coleta, transporte são realizados pelos consorciados até o aterro e a operação do mesmo é realizado por empresa terceirizada com pessoal e equipamentos próprios.

A coleta convencional é realizada, diariamente, de segunda-feira a sexta-feira, sendo:

- a) 2ª feira, 4ª feira e 6* feira: na sede municipal Jundiaí do Sul;
- b) 3ª feira e 5" feira: nas áreas rurais
- O aterro conta com uma área total de 7,2 hectare, localizado no município de Joaquim Távora.

Os serviços de varrição urbana são realizados na sede municipal.

Quanto aos resíduos de construção e demolição de obras civis, entulhos verdes gerados pelo município e estabelecimentos comerciais a própria equipe da Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul realiza a coleta, sendo que a destinação é uma área localizada às margens da rodovia PR 218.

Em se tratando de produção de resíduos de grandes geradores, o município não atua nesse recolhimento, transporte e tratamento. Os grandes usuários



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

devem apresentar ao órgão ambiental estadual competente - IAP, anuência do município para recebimento de seus resíduos no aterro utilizado pelo município ou apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos.

Pavimentação, Acessibilidade e Mobilidade Urbana e Rural - Drenagem Urbana

A drenagem urbana é o sistema de manejo projetado pelo poder público do município para coletar águas provenientes da chuva e escoá-las para galerias de águas pluviais e esgotos pluviais até um curso hídrico capaz de recebe-las.

O município possui, aproximadamente, 2,900,00 m de galerias de águas Pluviais, em ruas pavimentadas. As ruas com revestimento primário (cascalhamento) não contam com galeria de águas pluviais.

A ampliação da infraestrutura tem sido executada de forma concomitante com o avanço da pavimentação e, de forma isolada, para atendimento de eventuais pontos de erosão, alagamentos ou outros fatores decorrentes da expansão urbana

A operação do sistema de drenagem urbana, principalmente no que se refere à limpeza de bocas de lobos e galerias de águas pluviais, necessárias ao perfeito funcionamento do sistema de drenagem, é realizada por equipe própria.

A pavimentação urbana melhora as condições de rolamento, o que traz segurança e comodidade para os veículos, além de melhorar e muito a performance e a mobilidade de todos os sistemas modais compartilhados sobre este local. Segundo informações da Prefeitura Municipal a maioria das ruas da sede urbana do município de Jundiaí do Sul são pavimentadas, sendo a maioria delas asfáltica, mas também há existência de outros modelos de pavimentação.

No município de Jundiaí do Sul 94,3% das vias públicas da área urbana são pavimentadas e possuem meio-fio. A média das cidades do estado é de 77,33% e do país, 74,23%. (SNIS)

Recuperação da Paisagem Urbana

A proteção, manutenção e melhoria da paisagem urbana, ajudam a potencializar os valores cívicos, tornando o ambiente agradável aos moradores e visitantes.

Iluminação Pública

O fornecimento de energia elétrica no município de Jundiaí do Sul é realizado pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, através do sistema de distribuição existente. Conta ainda, na área central, com subestação de distribuição como está demonstrada nas, com tensões de 34.5 / 13.8 kV.



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

No ano de 2020 o número de consumidores total no município de Jundiaí do Sul foi de 1.836, que juntos consumiam em média 7.236 - Mwh. O fornecimento de energia elétrica atende tanto a área urbana e rural.

A COPEL também estabelece condições e critérios para a utilização das faixas de domínio no município. Para a rede de Distribuição Rural (até 34,5 kV), com uma largura da faixa igual a 10 m, sendo 5 m para cada lado do eixo da linha, já para a rede de Distribuição Urbana (até 34,5 Kv), com um afastamento mínimo horizontal entre condutores e edificações, entre 1 e 1,70 metros conforme a situação.

O serviço de iluminação pública e energia elétrica é realizado pela Copel – Companhia Paranaense de Energia Elétrica – e atende totalmente área urbana. Na cidade é utilizado dois tipos de lâmpadas, são utilizadas lâmpadas de 400W de potência, de vapor de sódio e lâmpadas de 70W, de composição 50% de vapor de sódio e 50% de vapor metálico.

3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

As possibilidades de inserção no processo produtivo são o fator de maior influência na qualidade de vida da população. A partir da geração de trabalho e renda incrementa-se o capital de giro no Município e criam-se condições para o empreendedorismo nas áreas de potencial econômico de Jundiaí do Sul.

Ao poder público cabe prover serviços de qualidade para que não ocorra a emigração daqueles que, pelo aumento do poder aquisitivo, podem buscar, por exemplo, educação e saúde em instituições privadas em cidades maiores (onde se encontram os serviços mais diversificados). Mas principalmente, o governo deve servir toda a população como ente representativo em prol do bem comum. Por isto, o conceito de desenvolvimento entendido neste PDM não se restringe apenas ao crescimento econômico indicado pelo produto interno bruto (PIB) ou pela renda *per capita*. O desenvolvimento é "socioeconômico", ou seja, inclui moradia, educação, nutrição, saúde e assistência social com ações correlacionadas.

ASPECTOS ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico do Município depende de ações que venham ao encontro das potencialidades e anseios da comunidade, no sentido de fomentá-las, oportunizando condições para atrair novos investimentos e tecnologias, prevendo a inclusão social participativa do trabalhador e investindo na qualificação profissional, inserindo jovens e trabalhadores no mercado de trabalho.

Agropecuária

O município de Jundiaí do Sul caracteriza-se por sua economia voltada à exploração do setor primário, baseada em uma agricultura pouco diversificada predominantemente com o cultivo de culturas temporárias (correspondendo à área utilizada para o cultivo de culturas de curta duração, geralmente inferior a 1 ano, e que só produz uma vez, pois na colheita destrói a planta) e pecuária. O tipo de exploração agrícola teve-se que adaptar-se ao relevo principalmente depois das grandes geadas do passado, que dizimou as plantações de café, sendo que o município de Jundiaí do Sul apresenta relevo de baixos índices de inclinação na maior parte do seu território.

O produto que mais se colhe e produz é a soja, com 33.495 ton. Em 2020, além deste, são produzidos milho, trigo, mandioca, arroz, alho e feijão, ainda que numa escala menor.

Segundo o IPARDES/2022 o setor agropecuário representa cerca de 324 propriedades que perfazem uma área de 30.397 ha, sendo 8.987 ha de lavouras temporárias, 21.275 ha pecuária e criação de outros animais, cerca de 135 ha de horticultura e fruticultura. Paisagem esta que é composta por um mosaico pouco diversificado de tipos de uso da terra, onde é evidente a presença somente de áreas



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

destinas a agricultura e pastagem, percebendo a falta de áreas de preservação florestal, cultivo de frutas, principalmente áreas de reflorestamento.

O Censo/2010 mostrou que o Município ainda mantém uma significativa base agrícola. É importante investir na nova dinâmica posta em prática no campo, com os agricultores familiares diversificando sua produção. Segundo o IPARDES/2010 os dados, apontam para a importância da agricultura familiar. Se por um lado, a relação com as industrias facilitam a inserção do produtor no mercado (exportador e/ou nacional), é preciso também considerar a tendência de especialização que vem acompanhada de uma maior dependência das políticas para o setor e dos humores dos mercados.

A lavoura permanente que corresponde a uma área utilizada para o cultivo de culturas de longa duração percebe-se poucas áreas de cultivo e baixa diversidade. O produto que mais se colhe e produz é a banana, com 180 ton. Em 2020 outros produtos cultivados foram café, goiaba, maracujá e uva, o que a torna a menos rentáveis do setor agrícola e necessita de incentivos no seu setor focando principalmente em sua diversificação.

A cultura cafeeira ainda continua em decréscimo, porém em menor escala se comparado a década de 1970. Outros cultivos não estão presentes, como as culturas frutíferas. As lavouras permanentes tiveram um decréscimo na ordem de 12% no período de 2006 a 2017 em números de estabelecimentos, foco da mudança gradativa em torno da agricultura familiar.

A Pecuária do município de Jundiaí do Sul é voltada principalmente a criação de galináceos, representando a grande maioria dos animais criados para esse fim, conforme a tabela 19, outra produtividade que se destaca nos últimos anos é a criação de bovinos, que mesmo em menor número possui boa representatividade no município. Essa criação fomenta um mercado em expansão na região e, consequentemente, um grande mercado consumidor, gerando empregos e receitas. A avicultura e a pecuária municipal alavancaram juntamente com a produção estadual. A produção de Origem animal mesmo que em menor escala existe no município.

Ao contrário do que ocorreu na atividade de extração vegetal do estado do Paraná onde ocorreu um considerável aumento da produtividade, no município de Jundiaí do Sul não apresenta incentivo tendo dentro dessa área.

ASPECTOS SOCIAIS

Saúde

O município de Jundiaí do Sul pertence a 19ª Regional de Saúde de Jacarezinho. O papel da regional é de apoio, cooperação técnica e investimentos nos



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

municípios e nos consórcios, fomentando a busca contínua e crescente da eficiência com qualidade.

As unidades básicas de saúde são responsáveis pelas ações de promoção, prevenção, tratamento e recuperação relacionadas à: saúde da criança e do adolescente, saúde da mulher, saúde do homem, saúde do adulto e saúde do idoso; prénatal; planejamento familiar; prevenção do câncer; ações de saúde mental; cuidado de doenças crônicas como diabetes e hipertensão; vacinação; administração de medicamentos, nebulizações/inalações; coleta de amostras para realização de exames de laboratório; acompanhamento dos usuários do Bolsa Família; curativos, retirada de pontos, troca de sondas, entre outros procedimentos; entrega de resultados dos exames realizados.

Além disso, a promoção, prevenção, tratamento e recuperação da Saúde Bucal (tratamentos odontológicos, restaurações, limpeza, extrações de dentes permanentes e decíduos, atendimento de casos de emergência odontológicas, atendimento de bebês e crianças, ações preventivas com orientação para higiene oral adequada e escovação supervisionada nas escolas participantes do Programa Saúde na Escola).

Na UBS são realizados encaminhamentos para especialidades, de acordo com a necessidade do usuário; fornecimento de medicação básica e medicamentos sujeitos a controle especial; fornecimento de materiais e kits complementares para curativos, sondagens em casos de bexigas neurogênicas, fraldas para pacientes acamados, de usuários cadastrados; confecção do Cartão do SUS, entre outras ações e serviços de acordo com as necessidades da população da área de abrangência da unidade básica de saúde.

Segundo IPARDES/2020 o município de Jundiaí do Sul não consta com leitos hospitalares.

O município faz atendimento de baixa e média complexidade, os casos de internação são encaminhados aos municípios vizinhos com maior estrutura.

No ano de 2020 os municípios de Jundiaí do Sul houveram 294 internações segundo o DATA SUS, sendo o mais recorrente por doenças do aparelho circulatório, com 12,92% do total de internações.

Educação

A Rede Pública Municipal é mantenedora de 01 centro de educação infantil denominado CMEI Nice Braga, que atende crianças de 04 meses a 05 anos e 11 meses e 01 escola de



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

ensino fundamental e educação de Jovens e adultos anos iniciais, denominada Escola Municipal Professora Vilma Vieira Pereira Marques. A Rede Pública Estadual, através do Núcleo Regional de Educação - Jacarezinho , administra 02 estabelecimentos de ensino sendo estes: Escola Estadual Professor Luiz Petrini e Colégio Estadual Nicanor Bueno Mendes. O município conta ainda com uma escola de educação especial denominada Escola de Educação Especial Paulo Fogaça – APAE; privada que é mantida com a parceria entre: estado, município e comunidade.

Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Os assuntos e atividades relacionados à cultura, esporte, lazer e turismo, estão sob responsabilidades do Departamento Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer, e tem a finalidade a promoção e organização da sistematização dos valores do município, buscando através da colaboração técnica e financeira de instituições da esfera estadual e federal o fomento de convênios para realização dos eventos e atividades que venham a enriquecer ainda mais a cultura do povo local.

CULTURA

O município conta com uma biblioteca municipal que se em encontra em boas condições físicas, porém há a necessidade de atualização no acervo de livros presentes.

Um dos eventos tradicionais do município é a Festa do Peão de Boiadeiros que ocorre anualmente.

ESPORTE E LAZER

A estrutura voltada à atividade esportiva de Jundiaí do Sul é relativamente boa e espalhada pelo município, quando em comparação com outros municípios de seu porte e população, possuindo maior concentração desses equipamentos na zona urbana central, porém também há a presença nas áreas rurais.

Assistência Social

A assistência social do município de Jundiaí do Sul, encontra-se delineada no art. 203 da Constituição Federal como aquela proteção devida a quem dela necessitar, independentemente de contribuição e renda familiar.

As ações socio assistenciais são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas vivem, com as suas diferenças regionais, carências e



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

potencialidades. Os programas, serviços e projetos são desenvolvidos junto às localidades com maior vulnerabilidade social, ou seja, locais onde há situações de fragilidade em decorrência da pobreza, ausência de renda, falta de acesso aos serviços públicos, discriminações por idade, raça, gênero ou por deficiências, dentre outras.

Não existe no Município um levantamento quanto à habitação de demanda espontânea, porém constata a presença de algumas habitações precárias. Existindo um déficit habitacional entre as pessoas com renda de um a dois salários mínimos.

Habitação de Interesse Social

A Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), fundada em 1965, é uma empresa de economia mista que atua na execução dos programas habitacionais do Governo do Estado.

A Cohapar tem como metas equacionar e resolver o déficit habitacional do Estado, prioritariamente à população de baixa renda, buscando soluções para toda a sociedade. Busca a autossustentação, como empresa, gerando suas receitas para cobrir o custo operacional, e o lucro para reinvestimento no setor e manter atendimento as moradias já entregues, definindo e coordenando todas as atividades necessárias para manter o nível de moradia adequado ao mutuário e sua integração à cidade.

A empresa tem Sede em Curitiba, Paraná. Mantém ainda Escritórios Regionais em todas as regiões do Estado. O município de Jundiaí do Sul faz parte da regional de Cornélio Procópio.

Do setor habitacional em Jundiaí do Sul, é necessário destacar o déficit habitacional e as políticas habitacionais desenvolvidas no município. O termo déficit habitacional refere-se às moradias que devem ser construídas para substituir os domicílios existentes que não apresentam as condições de segurança a seus ocupantes, e para garantir habitação adequada às famílias que não têm um domicílio de uso privativo. (Revista Digital Scielo Brasil).

O município de Jundiaí do Sul dispõe de um Conselho de Habitação e de uma Política Habitacional.

Segurança Pública e Defesa Civil

A segurança pública do município de Jundiaí do Sul é subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, sendo os serviços exercidos pela Destacamento da Polícia Militar.

MB Consultoria e Planejamente



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

No que diz respeito a Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, Jundiaí do Sul é atendido pelos municípios de Santo Antônio da Platina e Jacarezinho quando ocorrem incêndios, uma vez que não há a presença desses efetivos no município. Casos simples de desastres naturais são atendidos pelo Departamento Municipal de Obras Públicas e Urbanismo. Os demais são atendidos pela Defesa Civil.

Serviços Funerários

O único cemitério existente hoje no município de Jundiaí do Sul é o Cemitério Municipal que se encontra localizado na porção oeste da malha urbana do município. Sua administração é exercida pela prefeitura municipal de Jundiaí do Sul. A prefeitura realiza a manutenção da parte física, limpeza e segurança do cemitério com funcionários públicos da prefeitura.

O serviço funerário no município é prestado por duas empresas privadas, sendo que as mesmas possuem capelas mortuárias em endereço próprio, onde são realizados os velórios.



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

A Prefeitura Municipal deve organizar e manter atualizado um vasto acervo de informações sobre o Município, em função de suas competências constitucionais e responsabilidades sociais. O conteúdo dessas bases de dados é utilizado constantemente, tanto nos serviços internos, subsidiando a elaboração das políticas públicas e a tomada de decisões, quanto no atendimento às solicitações externas. Para responder a essas demandas é necessário cruzar informações, que quase sempre estão espalhadas em diversos órgãos e arquivos, e recorrer a análises espaciais extremamente trabalhosas, dado que, de 70 a 80% das informações utilizadas na administração municipal possuem referência espacial.

O Sistema de Informações Geográficas (SIG), por exemplo, é uma ferramenta de informática que permite integrar bases de dados de origem distintas sobre uma base cartográfica digitalizada, e que poderá vir a ser utilizado pelo Município. Alguns SIGs oferecem ótimas ferramentas de apoio à decisão, com custo de treinamento e aquisição bastante acessíveis, favorecendo a implantação em pequenos e médios municípios, com a vantagem de possibilitarem mais oportunidades de disciplinar adequadamente o uso do território, seja pelo baixo grau de urbanização ou por apresentarem menor conflito e demanda menos complexa. Desta forma, evita-se que, num futuro próximo, o município enfrente os problemas hoje encontrados nos grandes centros urbanos.

Ao investir no SIG, além de aproveitar o potencial existente em sua própria estrutura, a Prefeitura de Jundiaí do Sul ganhará agilidade nos processos, reduzindo e simplificando esforços dos diversos agentes envolvidos, gerando grande economia em escala e oferecendo atendimento de melhor qualidade aos contribuintes.

Um dos grandes desafios da gestão pública é estruturar uma equipe de servidores que esteja preparada e motivada constantemente para prestar o serviço público. Ao investir na capacitação técnica e humana, a Prefeitura valoriza o funcionalismo e oferece atendimento de melhor qualidade à população. Outro desafio é implantar ou incrementar no Município a fiscalização, não só tributária, mas também de obras e planejamento urbano. Além disso, a revisão do Plano de Cargos e Salários deverá ser realizada, valorizando a qualificação profissional dos funcionários, assim como a revisão do organograma administrativo.

Caberá ao poder público implantar os instrumentos de gestão democrática garantindo o controle social na administração da cidade, através da inclusão dos diversos setores da sociedade em debates, consultas e audiências, nas análises, discussões e avaliação de planos e projetos de interesse público. Além desses instrumentos deverá implantar o Orçamento Participativo.

O primeiro ato a ser executado no processo de gestão democrática do PDM é a instituição do Conselho de Desenvolvimento Municipal que tem como objetivo o



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

monitoramento, o que permite avaliar o desempenho da Gestão Municipal implementada através do PDM proposto. A proposta de monitorização visa acompanhar as seguintes linhas de atuação:

- A aprovação e implantação da Legislação Urbanística proposta no PDM;
- A adaptação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, sobretudo nas Secretarias envolvidas com a gestão do PDM;
- A execução dos programas e obras previstas neste PAI;
- Os valores arrecadados mensalmente pelas Secretarias Municipais de: Administração, Finanças, Obras e Transportes, Cultura, Agricultura, Esporte e Lazer.

MONITORAMENTO DA APROVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROPOSTA

O PDM apresenta anteprojetos para sete Leis Urbanísticas:

- do Plano Diretor Municipal;
- dos Perímetros Urbanos;
- de Uso e Ocupação do Solo;
- de Parcelamento do Solo;
- do Sistema Viário;
- do Código de Obras;
- do Código de Posturas.

Estas leis são fundamentais para a gestão municipal uma vez que, em seu contexto geral, regulamentam toda a ocupação do território municipal, bem como as posturas de seus munícipes. Cada instrumento legal proposto terá mais do que um indicador, como garantia de sua adequada implementação e monitorização.

Lei do Plano Diretor Municipal

INDICADORES

- → Lei aprovada, contendo texto e respectivos mapas georreferenciados;
- → Número da Lei do Plano Diretor Municipal aprovada pela Câmara Municipal;
- → Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais de: Administração, Finanças, Obras e transportes;
- → Fiscalização em função das macrozonas contidas nesta Lei;

Lei do Perímetro Urbano

INDICADORES

- → Lei aprovada, contendo memorial descritivo e respectivo mapa georreferenciado;
- → Número da Lei do Perímetro Urbano aprovada pela Câmara Municipal;



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

- → Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais de: Administração, Finanças, Obras e transportes;
- → Cópia da Lei enviada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com indicação das áreas rurais transformadas em áreas urbanas;
- → Atualização da Planta Genérica de Valores Secretarias Municipais de Administração e Finanças.

Lei de Uso e Ocupação do Solo

INDICADORES

- → Lei aprovada, contendo texto, tabelas, anexos e respectivos mapas georreferenciados;
- → Número da Lei de Uso e Ocupação do Solo aprovada pela Câmara Municipal;
- → Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais de: Administração, Finanças, Obras e transportes;
- → Atualização da Planta Genérica de Valores Secretarias Municipais de Administração, Finanças, Obras e transportes, em função das zonas contidas nesta Lei;
- → Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para usos permitidos;
- → Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para usos permissíveis;
- → Número de Alvarás de Localização e Funcionamento negados;
- → Número de Notificações de Infração expedidas;
- → Número de Autos de Infração expedidos.

Lei de Parcelamento do Solo

INDICADORES

- → Lei aprovada, contendo texto, tabelas e anexos;
- → Número da Lei de Parcelamento do Solo aprovada pela Câmara Municipal;
- → Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais de: Administração, Finanças, Obras e transportes;
- → Número de loteamentos aprovados ano a ano, a partir de 2019, com indicação da área total de novos loteamentos e da área em cada zona;
- → Número total de desmembramentos, com indicação da área total e da área em cada zona;
- → Número total de remembramentos, com indicação da área total e da área em cada zona;
- → Número total de Notificações de Embargo expedidas;

MB Consultoria e Planejamenti

Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

→ Número total de Autos de Infração expedidos.

Lei do Sistema Viário

INDICADORES

- → Lei aprovada, contendo texto, tabelas, anexos, perfis das vias e respectivo mapa georreferenciado;
- → Número da Lei do Sistema Viário, aprovada pela Câmara Municipal;
- → Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais de: Administração, Finanças, Obras e transportes;
- → Execução do sistema viário dos loteamentos aprovados de acordo com esta Lei, a partir da vigência do PDM;
- → Abertura de vias de acordo com os perfis das vias urbanas constantes nesta Lei;
- → Pavimentação de vias de acordo com os perfis das vias urbanas constantes nesta Lei.

Código de Obras

INDICADORES

- → Código aprovado, contendo texto, tabelas e anexos;
- → Número do Código de Obras aprovado pela Câmara Municipal;
- → Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais de: Administração, Finanças, Obras e transportes;
- → Número de Alvarás de Construção expedidos;
- → Número de Certificados de Conclusão de Obra expedidos;
- → Área total construída em cada ano, a partir de 2017, em cada zona;
- → Número de Alvarás de Demolição expedidos, por ano;
- → Área total demolida e área em cada zona, por ano;
- → Número de Notificações de Embargo expedidas, por ano;
- → Número de Autos de Infração expedidos, por ano;
- → Número de Autos de Demolição expedidos e área total demolida, por ano.

Código de Posturas

INDICADORES

- → Código aprovado, contendo texto, tabelas e anexos;
- → Número do Código de Posturas aprovado pela Câmara Municipal;
- → Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais de: Administração, Finanças, Obras e transportes;
- → Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para casas e locais de divertimentos públicos;

Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

- → Número de Alvarás de Localização e Funcionamento negados para casas e locais de divertimentos públicos;
- → Número de Licenças expedidas;
- → Número de Licenças Especiais expedidas;
- → Número de Autorizações expedidas;
- → Número de Notificações de Infração expedidas;
- → Número de Autos de Infração expedidos.

Forma de Análise da Implantação da Legislação do Plano Diretor Municipal

Verificação, em curto, médio e longo prazo (curto – dois primeiros anos; médio – de dois a quatro anos; longo – de quatro a cinco anos), da devida execução das medidas acima indicadas.

Estas informações servirão também para monitorização do crescimento urbano no Município.

ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS NO PAI

Todas as obras definidas neste PAI, parte integrante do PDM de Jundiaí do Sul, deverão ser viabilizadas nos anos previstos. Portanto, a sua monitorização será feita através da verificação da execução das obras realizadas em curto, médio e longo prazo.

Forma de Análise

Verificação da execução das obras no Município, através de sistema de fiscalização municipal, ao longo dos cinco anos do PAI (curto – de 1 a 2 anos; médio – de 2 a 4 anos; longo – de 4 a 5 anos).

MONITORIZAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

Deverá ser verificado, na Prefeitura Municipal, se o funcionamento da estrutura administrativa satisfaz as necessidades da administração e em especial as do PDM para cada ano do PAI.

Forma de Análise da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal

Verificação no Município, em curto, médio e longo prazo, da devida execução das medidas para viabilizar processo permanente de planejamento e gestão municipal expressas nas Ações.



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

5. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FISICOTERRITORIAL



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

O Ordenamento e o Desenvolvimento Fisicoterritorial estão embasados nas diretrizes e proposições apresentadas no macrozoneamento e ordenamento do sistema viário. As ações previstas envolvem a regularização fundiária e continuidade do sistema viário existente, baseados nas propostas deste PDM.

Deve-se garantir o desenvolvimento fisicoterritorial do Município considerando a nova distribuição dos usos do solo proposta no PDM, a densidade demográfica, as infraestruturas, os equipamentos urbanos e comunitários, o controle e a preservação do meio ambiente e as particularidades de cada região, seja urbana ou rural.

Aquisição de área instituída como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

Em consonância com o Estatuto da Cidade, a aquisição de áreas para a implantação de programas habitacionais de interesse social fica facilitada através da definição no PDM das ZEIS.

ORDENAMENTO FISICOTERRITORIAL E DO SISTEMA VIÁRIO

As ações no ordenamento fisicoterritorial e do sistema viário estão relacionadas diretamente às necessidades de adaptação na sinalização das vias, adequações geométricas de entroncamentos, transposições e manutenção da infraestrutura existente e desenvolvimento dos espaços físicos públicos.

DAS AÇÕES



	ES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO	MECANISMOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES DE RESULTADOS 0 A 100%
PRO	TEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	12.025.000,00	4.600.000,00	4.075.000,00	3.350.000,00			
	ECTOS AMBIENTAIS							
	SLAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL / IPAMENTOS	9.020.000,00	3.240.000,00	3.165.000,00	2.615.000,00			
1	Trocar todos os materiais passíveis de substituição por outros reciclados e/ou recicláveis, na Administração Municipal, tais como blocos para anotações, papel A4, pastas, arquivos, sacos de lixo, etc.	Ação Institucional/ Administrativa	50.000,00			Municipal	1	
2	Elaborar projetos de recuperação dos solos agrícolas degradados pela erosão ou pela contaminação, em parceria com os proprietários rurais e instituições de ensino e pesquisa.	Ação Institucional/ Administrativa	25.000,00	25,000,00		Municipal	10	
3	Regulamentar a proibição e intensificar a fiscalização da instalação de barracões e depósitos de pesticidas, agrotóxicos, defensivos agrícolas, todo e qualquer produto químico que possa gerar algum tipo de toxidade nas áreas urbanizadas do Município, com exceção das áreas específicas para tais atividades (Parque Industrial), definidas na Zona Industrial.	Ação Institucional/ Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	10	
4	Desenvolver programa de limpeza dos resíduos sólidos acumulados nos rios e córregos.	Ação Institucional/ Administrativa	15.000,00	15.000,00	15.000,00	Municipal	10	
5	Integrar as ações de iniciativa do Poder Público, iniciativa privada e da comunidade, visando o desenvolvimento de programas para recuperação e preservação das matas ciliares.	Ação Institucional/ Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	5	
6	Elaborar e instituir legislação ambiental municipal relacionada ao ambiente natural e ao modificado para regulamentação e fiscalização de passivos ambientais.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	10	



7	Estabelecer e gerir programas específicos para o controle de fontes de poluição ambiental/ atmosférica, a exemplo de controle de fumaça proveniente da queima da cana-de-açúcar, reduzindo o percentual até chegar ao mínimo permitido e até a redução total.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	10	
8	Contemplar na legislação urbanística municipal especificidades locais, com artigos e penalidades para: - coibir a pulverização de agrotóxicos nas proximidades da área urbanizada; - coibir atividade de aviários, suinocultura, cultivo de cana-de-açúcar, fecularia, curtume de couro, carvoaria e outros empreendimentos que possam agredir e trazer transtornos a paisagem, conforto e a qualidade de vida dos moradores, próximo à área urbana.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	10	
9	Estabelecer parcerias com profissionais e/ou instituições qualificadas, buscando reduzir custos, para a realização de mapeamento detalhado e georreferenciado do uso do solo em Jundiaí do Sul, bem como para criar uma base de dados única, gerando assim, instrumentos para a revisão periódica do Macrozoneamento Municipal e do Zoneamento Urbano.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	5	
10	Elaborar projetos de recuperação dos solos agrícolas degradados pela erosão ou pela contaminação, em parceria com os proprietários rurais, instituições de ensino e pesquisa e cooperativas	Ação Institucional / Administrativa	100.000,00	100.000,00		Municipal	10	
11	Promover e apoiar campanhas de conscientização sobre o recolhimento de embalagens de produtos defensivos agrícolas e agrotóxicos.	Ação Institucional / Administrativa	100.000,00	100.000,00	100.000,00	Municipal / Estadual – SEDU – PARANACIDADE	4	
12	Promover e apoiar campanhas de conscientização sobre o recolhimento de embalagens de produtos defensivos agrícolas e agrotóxicos.	Ação Institucional / Administrativa	100.000,00	100.000,00	100.000,00	Municipal	4	



13	Promover campanha de educação ambiental junto aos produtores rurais, com intuito de evitar o derramamento indevido de pesticidas no local dos abastecedouros durante o abastecimento das máquinas ou nas estradas, no percurso entre os abastecedouros e o local da aplicação.	Ação Institucional / Administrativa	100.000,00	100.000,00		Municipal / Estadual – SEDU – PARANACIDADE	4	
14	Sensibilizar através de campanhas os estabelecimentos comerciais, industriais, de serviço e também os residenciais de médio e grande porte quanto aos benefícios econômicos e ambientais do reuso de água, aproveitamento da água da chuva e da utilização de sistemas de energia solar ou eólica.	Ação Institucional / Administrativa		50.000,00	50.000,00	Municipal	4	
15	Realizar palestras, com auxílio de entidades como a EMATER, para os produtores rurais como meio de promover a conscientização sobre o uso racional da água, do solo e das matas, criando rede de vigilância coletiva.	Ação Institucional / Administrativa	100.000,00	100.000,00		Municipal	6	
16	Criar sistema de fiscalização, autuação e monitoramento dos agentes poluidores dos solos e cursos d'água na área urbana e rural; esgotos clandestinos ligados à rede de captação pluvial; fossas sépticas rudimentares, resíduos sólidos, ferros-velhos, oficinas mecânicas, atividades industriais e agroindustriais potencialmente poluidoras, lançamento de resíduos na área rural.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	3	
17	Promover monitoramento e controle na perfuração de poços, na área urbana e rural, conforme legislação pertinente, licenciamento do IAT, Instituto das Águas do Paraná e licença municipal para realização dos serviços.	Ação Institucional / Administrativa		100.000,00		Municipal	3	
18	Promover estudo para identificação de meios para estabelecer sistema de monitoramento conjunto que acompanhe de modo sistemático, a qualidade hídrica dos mananciais que servem o Município.	Ação Institucional / Administrativa		100.000,00	100.000,00	Municipal	3	



19	Promover condições para capacitação dos servidores para o exercício do licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem implantados no Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, onde a ocupação será controlada por meio de diretrizes do poder público, através da exigência a ser criada de: - Plano de Controle Ambiental Preliminar (PCA); - Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA / RIMA); - Estudo de Impacto de Vizinhança / Relatório de Impacto de Vizinhança (EIVI / RIV).	Ação Institucional / Administrativa		100.000,00	100.000,00	Municipal	6	
20	Reforma da praça central: calçamento, iluminação, manutenção e acessibilidade.	Atrelado a elaboração de projeto específico	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	7	
21	Reforma da rodoviária: obras e modernização.	Atrelado a elaboração de projeto específico	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	7	
22	Reforma da Câmara Municipal: obras e manutenção.	Atrelado a elaboração de projeto específico	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	7	
23	Garagem para os veículos públicos.	Atrelado a elaboração de projeto específico	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	7	
24	Aquisição de: caminhões, retroescavadeira, motoniveladora, trator esteira e pá carregadeira.	Ação Institucional / Administrativa	550.000,00	550.000,00	550.000,00	Municipal / Estadual / Federal	9	
25	Construção de pontos de ônibus.	Atrelado a elaboração de projeto específico	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	7	
26	Implantação e regulamentação de transporte de passageiros (taxi, mototáxi).	Ação Institucional / Administrativa		100.000,00	100.000,00	Municipal	10	
27	Construção de banheiros públicos.	Atrelado a elaboração de projeto	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	7	



1		específico						
		357333						
28	Construção de pontes de madeira.	Ação Institucional / Administrativa	550.000,00	550.000,00	550.000,00	Municipal / Estadual / Federal	7	
ARB	ORIZAÇÃO URBANA / EDUCAÇÃO AMBIENTAL	3.005.000,00	1.360.000,00	910.000,00	735.000,00			
29	Elaborar o Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRHI).	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal / Estadual / Federal	10	
30	Realizar obras e intervenções, manejo adequado do solo, e recomposição da mata nativa como meio de promover a proteção das nascentes e a recuperação dos fundos de vale, de modo a evitar seu assoreamento e a degradação.	Ação Institucional/ Administrativa	35.000,00	35.000,00	35.000,00	Municipal	1	
31	Criar sistema de fiscalização, autuação e monitoramento dos agentes poluidores dos solos e cursos d'água na área urbana e rural, tais como: esgotos clandestinos ligados à rede de captação pluvial; fossas sépticas rudimentares, locais com disposição indevida de resíduos sólidos, ferros-velhos, oficinas mecânicas, atividades industriais potencialmente poluidoras, lançamento de efluentes e resíduos na área rural (agrotóxicos, defensivos agrícolas, fertilizantes, esgotos domiciliares das comunidades rurais, etc.).	Ação Institucional/ Administrativa	100.000,00	100.000,00	100.000,00	Municipal	3	
32	Criar e garantir o funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente.	Ação Institucional/ Administrativa	250.000,00			Municipal	5	
33	Criar o Fundo Municipal do Meio Ambiente a ser gerido pelo Conselho Municipal do Meio ambiente.	Ação Institucional/ Administrativa	250.000,00			Municipal	10	



34	Implementar Plano de Arborização Urbana que estabeleça critérios e procedimentos de renovação permanente da vegetação das vias e espaços públicos: - Poda, erradicação, plantio, replantio da vegetação localizada nas vias públicas do Município (árvores, arbustos, forração), com o devido treinamento das equipes municipais e profissionais que executarão esse tipo de serviço com o apoio do IAP (cursos de aperfeiçoamento); - Definição de espécies apropriadas, que se adaptem aos equipamentos urbanos (fiação elétrica e telefônica, redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e pluvial) com a orientação dos técnicos do EMATER ou profissional habilitado da Prefeitura Municipal; - Definição de largura de passeios com posição e dimensionamento das covas, distanciamento da árvore dos cruzamentos, do posteamento, da sinalização de trânsito, de abrigos ou pontos de ônibus e de telefones, mobiliário e equipamentos públicos; - Previsão de utilização da calçada ecológica (com faixa de grama intercalada com o pavimento); - Manutenção, intervenção ou modificação em áreas verdes (parques, praças, jardins e canteiros das avenidas); - Definição de sistema de penalidades, punição e cobrança de multas no caso de infrações e de reincidência.	Ação Institucional/ Administrativa	75.000,00	75.000,00		Municipal	10	
35	Desenvolver programas e monitorar a criação e recuperação das reservas legais, bem como auxiliar na promoção do reflorestamento das áreas já cadastradas e promover a regularização das áreas não averbadas nas propriedades rurais.	Ação Institucional/ Administrativa	100.000,00	100.000,00	100.000,00	Municipal	3	



36	Implantar a educação ambiental nas escolas da rede pública, através de projeto que contemple tanto atividades cognitivas (visitas a locais ambientalmente frágeis e parques ecológicos) quanto atividades práticas (plantio de árvores, coleta de material reciclável, etc.).	Ação Institucional/ Administrativa	100.000,00	100.000,00	100.000,00	Municipal	6	
37	Incentivar, através de ações administrativas, institucionais e/ou convênios, as empresas, instituições, indústrias, organizações e associações, centros de convivência, dentre outros, para a adoção de programas de educação ambiental.	Ação Institucional/ Administrativa	100.000,00	100.000,00	100.000,00	Municipal	5	
38	Capacitar servidores e/ou contratar empresa especializada para a realização de mapeamento detalhado e georreferenciado do uso do solo de maneira a gerar instrumento para a revisão do Macrozoneamento e do Zoneamento Urbano.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	6	
39	Estabelecer parcerias entre setor público e privado, por meio de apoio técnico, serviços de máquina e fornecimento de mudas para a implantação e manutenção de áreas verdes, atendendo aos critérios de uso e preservação dessas áreas.	Ação Institucional / Administrativa		50.000,00		Municipal	5	
40	Identificar, com o auxílio da EMATER, no Município e transformar as áreas verdes em com potencial em Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNS, passíveis de recebimento de ICMS Ecológico.	Ação Institucional / Administrativa		50.000,00	50.000,00	Municipal	1	



41	Criar uma política agrícola com base na vocação e potencial do município; - Incentivar e apoiar plantios florestais em consórcios com culturas do curto prazo (ciclo curto) e alto valor agrícola, tornando assim uma atividade sustentável; - Contratação de profissionais em culturas perenes para o bom desenvolvimento das atividades sobretudo nas áreas consorciadas (agroflorestas); - Incentivar e apoiar parcerias entre o campo e a cidade (produtor rural e agentes econômicos) nos investimentos de agroflorestas possibilitando assim aos agricultores familiares a investir em projetos sustentáveis e de altíssimos rendimentos, promovendo dessa forma a fixação do homem no campo; - Promover seminários e dias de campo para divulgar as ações praticadas e estimular investimentos, bem como difundir técnicas aplicadas; - Promover o associativismo visando a organização da agroindústrias; - Promover a qualificação dos produtos nas instituições públicas e contratação de profissionais quando necessário.	Ação Institucional / Administrativa		100.000,00	100.000,00	Municipal / Estadual	4	
42	Construção de um Parque Ecológico.	Atrelado a elaboração de projeto específico	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	7	
	ĎES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO		
	VIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E IEAMENTO AMBIENTAL	15.615.000,00	6.935.000,00	4.780.000,00	3.900.000,00			
ASP	PECTOS DE INFRAESTRUTURA							
SAN	EAMENTO BÁSICO/INFRAESTRUTURA	15.615.000,00	6.935.000,00	4.780.000,00	3.900.000,00			



43	Implementar o Plano Municipal de Saneamento Básico em conformidade com a Lei Federal nº. 11.445/2007, composto pelos planos diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Manejo das Águas Pluviais e Drenagem Urbana e de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal / Estadual / Federal	10	
44	Criar e instituir Conselho e Fundo de Saneamento Básico, com recursos próprios municipais, visando à ampliação dos serviços públicos de saneamento ambiental.	Ação Institucional / Administrativa	100.000,00			Municipal	10	
45	Ampliar o Sistema de Abastecimento de Água, e implantar o Sistema de Esgotamento Sanitário, urbano e rural.	Ação Institucional / Administrativa	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Municipal	2	
46	Promover a manutenção e fiscalizar a qualidade da água dos poços de abastecimento comunitário.	Ação Institucional/ Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	1	
47	Atualizar a taxa de coleta de lixo e atingir 100% de coleta nas áreas urbana e rural.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	10	
48	Implementar a coleta diferenciada de resíduos sólidos, realizando, paralelamente, campanha educativa com folder explicativo à população, incrementando a coleta seletiva de resíduos recicláveis, definindo itinerário, frequência e transporte a galpão de recebimento.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00			Municipal	6	
49	Instituir sistema de coleta seletiva municipal de modo a incrementar os serviços de coleta, separação, reaproveitamento, reciclagem e comercialização dos resíduos sólidos, e organizar o os agentes ambientais que atualmente fazem o serviço de coleta seletiva de forma autônoma, através da criação de associações e/ou cooperativas.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00			Municipal	1	
50	Implantação do sistema de geração de energia através do sistema solar fotovoltaicas	Atrelado a elaboração de projeto específico	1.000.000,00	500.000,00	500.000,00	Municipal	2	



51	Realizar estudo e levantamento de todas as fossas na área urbana e rural, que servirá de subsídio para a instituição de sistema de monitoramento desse tipo de equipamento.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	3	
52	Desenvolver campanhas educativas voltadas à redução do desperdício da água potável, através de palestras e da distribuição de material informativo. Fazer um controle de perdas.	Ação Institucional / Administrativa / Parceria SANEPAR	5.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual / Federal	4	
53	Estruturar a malha viária rural através da: - execução de obras de readequação e cascalhamento de estradas rurais; - promover a melhoria do acesso às propriedades e comunidades rurais; - garantia de manutenção das estradas rurais utilizadas para realização do transporte escolar e escoamento da safra, realizando com frequência obras/serviços de recuperação e conservação, inclusive das cabeceiras das pontes e dos bueiros.	Ação Institucional / Administrativa	200.000,00	200.000,00	200.000,00	Municipal	2	
54	Criar sistema municipal de fiscalização junto às residências e estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e industriais da cidade para a viabilização, por parte dos munícipes, da execução e recuperação dos passeios públicos, de modo a promover a adequada pavimentação dos mesmos – quando possível utilizar a calçada ecológica -, a exclusão de barreiras físicas (floreiras, degraus, rampas, etc.) e a adequação à acessibilidade universal.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	3	
55	Executar fiscalização e relatório anuais das galerias de águas pluviais para verificar ligações clandestinas de esgoto e penalizar os proprietários segundo legislações pertinentes.	Ação Institucional/ Administrativa/ Parceria SANEPAR	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	3	
56	Manter programa de incentivo à construção de muros e calçadas em lotes e espaços vazios ou edificados, com vistas à melhoria estética da paisagem na zona urbana e conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	2	



57	Estimular a implantação e construção de calçadas ecológicas com vista à infiltração de águas pluviais e conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução e manutenção/conservação.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	4	
58	Intervir junto a COPEL para promover o incremento do sistema de energia elétrica de modo a acabar com as interrupções de fornecimento de energia.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00			Municipal	5	
59	Ampliar o sistema de iluminação pública para as áreas ainda não atendidas, principalmente nas vias de maior trafegabilidade de pedestres e nos novos loteamentos, ainda a serem implantados, bem como promover o rebaixamento das luminárias nas áreas da Sede que possuem conflito entre estes equipamentos e a arborização urbana.	Ação Institucional / Administrativa	500.000,00			Municipal / Estadual - SEDU- PARANACIDADE	2	
60	Promover o rebaixamento da iluminação pública, principalmente nas vias de maior trafegabilidade de pedestres e/ou de maior interesse à comunidade e ainda implantar esse tipo de iluminação nas vias não atendidas por esse serviço.	Ação Institucional / Administrativa	30.000,00	30.000,00		Municipal / Estadual – SEDU- PARANACIDADE	2	
61	Promover a pavimentação das vias das áreas urbanas da sede municipal, identificando e priorizando aquelas de maior interesse para a comunidade e observando as normas da ABNT de acessibilidade universal.	Ação Institucional / Administrativa	800.000,00	800.000,00	400.000,00	Municipal / Estadual / Federal	2	
62	Pavimentação.	Ação Institucional / Administrativa	500.000,00			Municipal / Estadual - SEDU- PARANACIDADE	2	
63	Colocação de postes e calçamento das vias públicas.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	2	
64	Construção de galerias, bueiros e canaletas.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	7	
65	Construção de almoxarifado.	Atrelado a elaboração de projeto específico	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	7	



66	Construção de viadutos e trevo.	Ação Institucional / Administrativa	800.000,00	800.000,00	400.000,00	Municipal / Estadual / Federal	7	
67	Implantação da coleta seletiva.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	5	
68	Projeto de drenagem das estradas.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	10	
AÇÕ	ES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO		
DES	ENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	3.850.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.150.000,00			
ASP	ECTOS ECONOMICOS	3.850.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.150.000,00			
Agro	pecuária, Indústria e Comércio	3.850.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.150.000,00			
69	Apoiar iniciativas particulares de abertura de estabelecimentos voltados ao turismo como restaurantes, pousadas, pesque-pague, etc.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00		Municipal	5	
70	Promover estudo para identificação de meios para estabelecer sistema de controle sobre o uso atual das terras do Município, levantar sua aptidão agrícola e estrutura fundiária, visando o estabelecimento de políticas agrícola, tributária e de urbanização.	Ação Institucional/ Administrativa / Parceria EMATER	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	3	
71	Incentivar a diversificação da produção agrícola, principalmente nas pequenas propriedades rurais (agricultura familiar), promovendo rotação de culturas para recuperação e manejo adequado dos solos, através do acompanhamento técnico da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente; Cooperativas, Iniciativa Privada e EMATER.	Ação Institucional/ Administrativa / Parceria EMATER	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	6	
72	Identificar possíveis linhas de crédito para renovação dos equipamentos e implementos e consequente qualificação da produção.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	5	



73	Incentivar os minis e pequenos produtores rurais, no que se refere à modernização tecnológica, capacitação técnica e à elaboração de carta de aptidão para solicitação de financiamento junto aos Programas Estaduais e Federais.	Ação Institucional / Administrativa / Parceria EMATER	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual	4	
74	Estimular e fortalecer os processos de organização dos agricultores, apoiando formas alternativas de comercialização de insumos e produtos, facilitando também o acesso ao crédito agrícola de custeio e investimentos.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	4	
75	Desenvolver a agricultura orgânica, promovendo a articulação e associação dos produtores no processo de certificação da produção.	Ação Institucional / Administrativa / Parceria EMATER	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual	1	
76	No turismo, fortalecer os setores de meio ambiente e turismo, criando uma cartilha de informações, estimulando a atividade turística urbana e rural, como fonte de renda e incremento do mercado de trabalho, através da divulgação mais ampla dos eventos realizados no Município e da exploração adequado dos atrativos existentes.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual / Federal	4	
77	Fortalecimento dos elos das cadeias produtivas desde a produção até a comercialização. Fortalecer as cooperativas e associações. Articulação entre os agentes econômicos do Município.	Ação Institucional / Administrativa / Parceria EMATER	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual	4	
78	Estimular a exploração agropecuária por meio de práticas agroecológicas através de ações administrativas, institucionais e/ou de convênios que promovam campanhas, cursos e outros incentivos.	Ação Institucional / Administrativa / Parceria EMATER	50.000,00	50.000,00		Municipal / Estadual	4	
79	Criação de programas municipais: - Conservação do solo e da água; - Recomposição de áreas de preservação permanente; - Recuperação e preservação de nascentes; - Aquisição de corretivos de solo; - Aquisição de terrenos para construção de um terminal de calcário.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	10	



80	Incentivar a diversificação da produção agrícola, principalmente nas pequenas propriedades rurais, promovendo rotação de culturas para recuperação e manejo adequado dos solos, através do acompanhamento técnico da Secretaria Municipal de Agricultura, Cooperativas, Iniciativa Privada e EMATER.	Ação Institucional / Administrativa / Parceria EMATER	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual	6	
81	Promover incentivos à implantação de indústrias e agroindústrias no Parque Industrial, através de benefícios como a adequação dos tributos municipais para favorecer o ingresso de novas empresas no Município.	Ação Institucional / Administrativa / Parceria SEBRAE	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual	4	
82	Promover a melhoria da qualificação profissional da população através de convênios com o SINE, SENAC, SESI/SENAI, SENAR e outros órgãos governamentais e não governamentais para facilitar cursos profissionalizantes para as empresas que demandam mão de obra.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual	6	
83	Incentivar a formalização de microempresas através de incentivos fiscais, a melhoria da qualidade das mesmas e capitalização em pequenos negócios.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual	4	
84	Plano para de incentivos para o desenvolvimento de novas opções de geração de renda e emprego.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual / Federal	4	
85	Implementação de um Parque Industrial.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	7	
AÇÕ	ES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO		
DES	ENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO	46.420.000,00	25.085.000,00	15.860.000,00	5.475.000,00			
ASP	ECTOS SOCIAIS	46.420.000,00	25.085.000,00	15.860.000,00	5.475.000,00			
Saúc		6.350.000,00	2.950.000,00	2.100.000,00	1.300.000,00			
86	Ampliar a oferta de especialidades médicas, nas áreas que apresentam maior carência no Município, através de parcerias e convênios.	Ação Institucional/ Administrativa	250.000,00			Municipal	5	



87	Inserir todos os dados informatizados do setor no sistema integrado de informações com ferramentas de geoprocessamento (SIG) previsto em proposição de desenvolvimento institucional deste PDM.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal / Estadual / Federal	8	
88	Monitorar o acondicionamento e destinação final dos resíduos de saúde.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	3	
89	Promover a intensificação e manutenção, segundo as especificidades municipais, dos programas e serviços de vigilância epidemiológica e sanitária.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	5	
90	Fiscalizar a qualidade ambiental das áreas residenciais para evitar doenças causadas pelos resíduos domésticos e industriais.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	3	
91	Estimular e garantir a ampla participação da comunidade na elaboração, controle e avaliação da Política de Saúde do Município.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	5	
92	Estimular a articulação com os agentes de educação, a difusão de conhecimentos básicos sobre saúde e higiene bucal – Programa Saúde na Escola.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	5	
93	Implementar as atividades da Estratégia Saúde da Família ampliando o atendimento domiciliar às famílias com dificuldade no acesso aos serviços de saúde bem como às Unidades Básicas de Saúde.	Ação Institucional / Administrativa	100.000,00			Municipal	5	
94	Viabilizar meios junto à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SESA, visando melhorar as referências da assistência hospitalar aos usuários encaminhados pela rede ambulatorial.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	5	



95	Promover a manutenção do Sistema de Vigilância Sanitária no Município, ampliando sua área de atuação, através de reaparelhamento do setor: - monitoramento da operação e manejo do aterro controlado; - identificação e fiscalização das ligações clandestinas de esgoto na rede de captação pluvial ou lançadas diretamente nos cursos d'água; - monitoramento do acondicionamento e destinação final dos resíduos de saúde; - prevenção e controle de doenças; - intensificação e manutenção, segundo as especificidades municipais, dos programas e serviços de vigilância epidemiológica e sanitária; - fiscalizar a qualidade ambiental das áreas residenciais para evitar doenças causadas pelos resíduos domésticos e industriais; - desenvolver programas e campanhas, sobre questões diretamente ligadas à saúde pública, tais como: prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade, prevenção de câncer, saúde bucal, saúde e higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue e de órgãos, entre outros.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual / Federal	3	
96	Promover a informatização da Secretaria Municipal de Saúde interligando-os a todas as unidades de saúde locais e buscando a atualização do Sistema de Informações de Saúde (Municipal, Estadual e Federal) para subsidiar o planejamento, a execução e a avaliação das ações e serviços. Os dados informatizados devem fazer parte do sistema integrado de informações como ferramentas de geoprocessamento previsto em proposição de desenvolvimento institucional.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00			Municipal	8	
97	Controlar o fornecimento de medicamentos da Farmácia Básica, através da informatização e otimização do processo de cadastramento dos pacientes que necessitam de medicamentos de uso frequente ou	Ação Institucional / Administrativa	100.000,00			Municipal	3	



1	controlados.							
98	Buscar parcerias com instituições de ensino para a realização de cursos de capacitação para os profissionais da área de saúde, incluindo todos os setores relacionados à saúde.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal / Estadual	6	
99	Promover condições para a capacitação de motoristas da saúde para atendimento de primeiros socorros.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00			Municipal / Estadual	6	
100	Ampliar a oferta de especialidades médicas, nas áreas que apresentam maior carência no Município, através de parcerias e convênios.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal / Estadual / Federal	5	
101	Fazer parcerias com instituições de ensino para a realização de palestras para a população, alunos das escolas municipais e estaduais, centros de educação infantil, com pessoas especializadas, médicos, enfermeiros, dentistas e psicólogos, sobre educação sexual, vacinas, dengue e outras doenças em geral, através de parcerias com instituições de ensino, empresas qualificadas ou profissionais do Município.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual	6	
102	Aquisição de ambulâncias e veículos para transporte de pacientes.	Ação Institucional / Administrativa	500.000,00	500.000,00		Municipal / Estadual / Federal	9	
103	Conclusão do prédio da Unidade de saúde.	Atrelado a elaboração de projeto específico	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal / Estadual / Federal	7	
104	Programa de capacitação profissional.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00	150.000,00		Municipal / Estadual / Federal	6	
105	Aquisição de equipamentos de informática.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal / Estadual / Federal	8	
106	Reforma e ampliação no posto de saúde do assentamento Matida.	Atrelado a elaboração de projeto específico	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal / Estadual / Federal	7	



107	Construção de um Posto de Saúde no assentamento Nango.	Atrelado a elaboração de projeto específico	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal / Estadual / Federal	7	
Educ	ação	3.975.000,00	2.225.000,00	1.175.000,00	575.000,00			
108	Implantar sinalização de trânsito (horizontal e vertical) em frente às Escolas, bem como construir pontos de ônibus para o transporte escolar.	Atrelado a elaboração de projeto específico	150.000,00	100.000,00		Municipal	2	
109	Buscar parcerias com iniciativas privadas e/ou instituições de ensino regionais para garantir a implantação do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em nível de Ensino Fundamental e Médio.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	100.000,00	150.000,00	Municipal	6	
110	Garantir a qualidade nutricional da merenda escolar na rede de ensino municipal, através do acompanhamento de profissional habilitado – nutricionista.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	100.000,00	150.000,00	Municipal	1	
111	Implantar em todas as escolas, laboratórios de informática com acessibilidade à Internet.	Atrelado a elaboração de projeto específico	50.000,00			Municipal	8	
112	Aperfeiçoar / atualizar o Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério Municipal, regularizando os profissionais da educação de acordo com a função que exercem e tempo de serviço no Magistério.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	6	
113	Realizar manutenção dos serviços de aquisição, preparo e distribuição da merenda escolar. Enriquecer a Merenda Escolar com frutas, legumes e verduras, preferencialmente produzidas no Município e/ou região.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal / Estadual / Federal	1	
114	Buscar parcerias com iniciativas privadas e/ou instituições de ensino regionais para garantir a continuidade do programa de incentivo a alfabetização – Paraná Alfabetizado para jovens e adultos residentes na área urbana e rural.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00			Municipal / Estadual / Federal	6	



115	Buscar parcerias com iniciativas privadas e/ou instituições de ensino regionais para garantir a continuidade do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA e do APED, em nível de Ensino Fundamental.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00			Municipal / Estadual / Federal	6	
116	Implantar programas de incentivo à capacitação e desenvolvimento intelectual dos alunos através da realização de concursos, competições didáticas e culturais, valorizando e incentivando o educando.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	6	
117	Implantar no Município, cursos de nível médio profissionalizante em áreas de interesse econômico local e regional. Incentivar a criação de cursos profissionalizantes nos níveis médios (presencial ou a distância) e superior (a distância) via Governo do Estado do Paraná e Universidades Estaduais.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal / Estadual / Federal	6	
118	Garantir a continuidade dos serviços de aquisição de móveis, produtos de higiene e limpeza, gêneros alimentícios, material de construção, combustíveis, peças e serviços de mecânica, pneus, lubrificantes e outros, destinados a manutenção do ensino público e do transporte escolar.	Ação Institucional / Administrativa	200.000,00	200.000,00	200.000,00	Municipal / Estadual – SEED	8	
119	Contratação de serviços de terceiros, destinados a manutenção do ensino público. Contratação de profissionais para a promoção de cursos e palestras destinados a capacitação dos professores e servidores da educação em geral.	Ação Institucional / Administrativa	25.000,00	25.000,00	25.000,00	Municipal	5	
120	Implantar em todas as escolas, laboratórios de informática com acessibilidade à Internet.	Atrelado a elaboração de projeto específico	50.000,00			Municipal	8	
121	Aquisição de ônibus escolar.	Ação Institucional / Administrativa	400.000,00			Municipal / Estadual / Federal	9	
122	Construção de uma escola para atender o Ensino Fundamental, com equipamentos e mobiliário.	Atrelado a elaboração de projeto específico	500.000,00	500.000,00		Municipal / Estadual / Federal	7	



123	Aquisição de equipamentos multidisciplinares.	Ação Institucional / Administrativa	25.000,00	25.000,00	25.000,00	Municipal	8	
124	Capacitação profissional.	Ação Institucional / Administrativa	25.000,00	25.000,00	25.000,00	Municipal	6	
Cultu	ra, Esporte, Lazer e Turismo	8.825.000,00	5.025.000,00	2.700.000,00	1.100.000,00			
125	Realizar parcerias com a iniciativa privada a fim de incentivar o ecoturismo e o turismo rural.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	4	
126	Elaborar o inventário e calendário turístico e cultural do Município, identificando: - As festas tradicionais, típicas, folclóricas e culturais realizadas no Município, elaborando um calendário destas atividades; - Espaços Culturais (parque, praças, igrejas, escolas, etc.) como base para o reconhecimento do potencial turístico; - Marcos/monumentos referenciais para a comunidade, inclusive o patrimônio natural, explicitando as estratégias de abordagem e relações estabelecidas pela comunidade; - Áreas que contêm elementos históricos e paisagísticos e se configuram como oportunidades de desenvolvimento cultural, entre outros.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal / Estadual / Federal	10	
127	Implementar o Conselho e o Fundo Municipal de Cultura, viabilizando junto ao Poder Público recursos para o resgate da Cultura dentro do Município.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	10	
128	Instituir o Calendário Anual de Eventos e Atividades Culturais de Jundiaí do Sul.	Administrativa	150.000,00			Municipal	4	
129	Implantar uma política municipal de arquivos, seguindo as diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos e Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.	Administrativa	150.000,00			Municipal	10	
130	Criar roteiros turístico-culturais integrando meio ambiente, patrimônio, culinária e festas, articulados com proprietários de bens	Administrativa	25.000,00			Municipal	4	



	culturais e valorizando a mão de obra local.							
131	Promover evento semanal, quinzenal ou mensal, como bailes ou feiras noturnas com apresentação musical e dança ou jogral de crianças, favorecendo o comercio local, inclusive os produtores rurais.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	4	
132	Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de pessoas com necessidades especiais	Atrelado a elaboração de projeto específico	60.000,00	60.000,00		Municipal / Estadual	7	
133	Viabilizar oficinas e projetos com profissionais específicos das áreas de dança, teatro, música, canto e instrumentos, para as crianças, adolescentes, jovens e idosos.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	6	
134	Realizar projetos pela biblioteca municipal de leitura, oficina de teatro, de dramatização, laboratório de redação, entre outros, para alunos da rede pública e comunidade em geral.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	6	
135	Transformar a escola em espaço de criação e produção da cultura, através das propostas e práticas curriculares.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	5	
136	Promover concursos e exposições municipais, com ou sem concessão de prêmios, fomentando a produção e possibilitando a divulgação pública de trabalhos de qualidade produzidos.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	6	
137	Incentivar publicações sobre a história do Paraná e em especial a história de Jundiaí do Sul.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00			Municipal / Estadual / Federal	4	
138	Desenvolver campanha de incentivo a criança/ jovem / adulto à pratica de esportes, com bolsa para atleta, com prêmios e ajuda de custo nas viagens para participar de torneios e campeonatos.	Ação Institucional / Administrativa	300.000,00			Municipal / Estadual / Federal	4	
139	Aproveitar o potencial de lazer / recreação / esporte de escolas, ruas, praças, avenidas e outros espaços públicos. Utilizar as escolas públicas como espaços para a pratica de esportes / lazer e atividades culturais pela comunidade. Adequar os espaços públicos da cidade para que sejam multifuncionais,	Ação Institucional / Administrativa	100.000,00	100.000,00		Municipal	5	



	possibilitando o exercício de atividades esportivas, recreacionais, culturais e de lazer.							
140	Promover a demarcação e definir amparo legal para as Áreas de Interesse Ambiental – AIA. Desenvolver manual com critérios (urbanísticos e ambientais) para a elaboração de projetos que visem a utilização das Áreas de Interesse Ambiental – AIA, com desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, lazer e recreação da população e visitantes, visando à recuperação e proteção da vegetação natural.	Ação Institucional / Administrativa	250.000,00			Municipal	5	
141	Elaborar e implementar programa específico para construção, ampliação, reforma, remodelação, conservação e manutenção das áreas verdes, de lazer, parques, praças e jardins existentes, incluindo a recuperação da vegetação e infraestrutura existente.	Atrelado a elaboração de projeto específico	100.000,00			Municipal / Estadual	10	
142	Realizar parcerias com a iniciativa privada a fim de incentivar o esporte.	Ação Institucional / Administrativa	250.000,00			Municipal	5	
143	Iniciação da pessoa idosa, da pessoa com necessidade educacionais e especiais para representação nos eventos oficiais de esportes municipais, estaduais, nacional e internacional.	Ação Institucional / Administrativa	200.000,00	200.000,00	200.000,00	Municipal / Estadual / Federal	5	
144	Melhorar as estruturas das escolas municipais e colégios estaduais para as aulas de educação física, afim de despertar no aluno o interesse pela área esportiva.	Ação Institucional / Administrativa	300.000,00	300.000,00	300.000,00	Municipal / Estadual / Federal	5	
145	Criação da Secretaria Municipal de Turismo. Criação do Fundo Municipal de Turismo.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00			Municipal	10	
146	Elaborar e implantar a sinalização turística e urbana.	Ação Institucional / Administrativa	250.000,00	250.000,00		Municipal	2	
147	Incentivos a atividade turística: Capacitação; Regulamentação; Plano de Marketing e Gastronomia.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal / Estadual / Federal	6	



148	Construção de um Ginásio de Esportes, canchas esportivas e piscina pública.	Atrelado a elaboração de projeto específico	250.000,00	250.000,00		Municipal / Estadual / Federal	7	
149	Reforma do campo de futebol.	Atrelado a elaboração de projeto específico	250.000,00	250.000,00		Municipal / Estadual / Federal	7	
450	Construção da Casa da Cultura.	Atrelado a elaboração de projeto específico	650.000,00			Municipal	7	
151	Estruturação da Fazenda Monte Verde para utilização da cachoeira.	Atrelado a elaboração de projeto específico	200.000,00	100.000,00		Municipal / Estadual	7	
152	Estruturação da Fazenda Medeiros, Morro do Francês e ruínas.	Atrelado a elaboração de projeto específico	200.000,00	100.000,00		Municipal / Estadual	7	
153	Estruturação da caverna Matida e Gruta.	Atrelado a elaboração de projeto específico		150.000,00		Municipal / Estadual	7	
154	Criação do Departamento de Esporte, Lazer e Cultura.	Ação Institucional / Administrativa	40.000,00	40.000,00		Municipal	10	
155	Aquisição de: uniformes, materiais esportivos, uniformes entre outros.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00	150.000,00		Municipal	8	
Socia	al	18.200.000,00	9.200.000,00	8.000.000,00	1.000.000,00			
156	Adequar os edifícios públicos do setor de esporte e lazer à acessibilidade universal – NBR 9050.	Atrelado a elaboração de projeto específico	50.000,00	50.000,00		Municipal	7	
157	Financiar as diferentes instituições que prestam serviços de assistência social, tendo como referência de forma justa e imparcial.	Ação Institucional / Administrativa	400.000,00	400.000,00		Municipal	5	



158	Financiar, executar, monitorar, avaliar e fazer cumprir os critérios utilizados para os programas habitacionais de interesse sociais próprios e sob gestão da Companhia de Habitação do Paraná.	Atrelado a elaboração de projeto específico	2.500.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00	Municipal / Estadual / Federal	5	
159	Promover a formação e capacitação continuada, inclusive motivacional, aos trabalhadores da Assistência Social, no âmbito público e privado e não governamental.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	6	
160	Criar ou realizar convênios que garantam moradia provisória ou Casa de Acolhimento temporário para mulheres vítimas de violência doméstica e/ou de vulnerabilidade social, que acolham também seus filhos, caso necessário, garantindo-se a proteção social.	Ação Institucional / Administrativa	500.000,00	500.000,00		Municipal / Estadual / Federal	5	
161	Implementar ou realizar convênios que garantam os serviços de acolhimento institucional para adolescentes de ambos os sexos e as instituições para tratamento à dependência química, visando ações concretas de inclusão social durante e após a permanência nas instituições, aplicando as diretrizes da PNAS em cada esfera do governo.	Ação Institucional / Administrativa	500.000,00	500.000,00		Municipal / Estadual / Federal	5	
162	Desenvolver ações educativas, socializantes, esportivas e profissionalizantes para a população infanto-juvenil que vivem nas ruas ou fazem das ruas o seu espaço de sobrevivência. Atender aos cidadãos de baixo poder aquisitivo, e em situação emergencial ou em ocasiões que estejam afetando sua sobrevivência e/ou segurança social, visando a garantia dos direitos sociais. Empreender ação em caráter emergencial, com perspectiva de continuidade, de forma intersetorializada, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.	Ação Institucional / Administrativa	500.000,00	500.000,00		Municipal	6	
163	Construção de unidades habitacionais para os moradores dos bairros localizados em áreas de risco, em regime de mutirão, com urbanização da área remanescente.	Atrelado a elaboração de projeto específico	2.500.000,00	2.500.000,00		Municipal / Estadual / Federal	7	



164	Aumentar o repasse destinado à concessão de benefícios eventuais do SUAS, para que estes possam ter um impacto significativo na diminuição da vulnerabilidade social.	Atrelado a elaboração de projeto específico	200.000,00	200.000,00		Municipal / Estadual / Federal	5	
165	Utilizar os recursos do cofinanciamento para adequação salarial e ampliação do quadro de recursos humanos por meio de concursos públicos.	Ação Institucional / Administrativa	200.000,00	200.000,00		Municipal / Estadual / Federal	5	
166	Destinar recursos específicos anualmente, sem prejuízo da verba mensal, para a melhoria e manutenção preventiva da infraestrutura e grandes reparos para as instalações físicas da secretaria de assistência.	Ação Institucional / Administrativa	200.000,00	200.000,00		Municipal / Estadual / Federal	5	
167	Implantar Observatório de Políticas Sociais Local com infraestrutura e RH adequados para realização de estudo da demanda e plano de expansão dos serviços socioassistenciais, favorecendo a interlocução de dados entre serviços da rede socioassistencial e demais políticas públicas.	Ação Institucional / Administrativa	500.000,00	500.000,00		Municipal / Estadual / Federal	5	
168	Construção de um novo prédio para o CRAS com acessibilidade.	Atrelado a elaboração de projeto específico	200.000,00	100.000,00		Municipal / Estadual	7	
169	Construção de um prédio para a utilização do órgão gestor.	Atrelado a elaboração de projeto específico	200.000,00	100.000,00		Municipal / Estadual	7	
170	Oficinas para SCFV de crianças, adolescentes e adultos.	Ação Institucional / Administrativa	200.000,00	200.000,00		Municipal / Estadual / Federal	6	
171	Aquisição de veículos.	Ação Institucional / Administrativa	500.000,00	500.000,00		Municipal / Estadual / Federal	9	
Habit	tação de Interesse Social	1.800.000,00	950.000,00	450.000,00	400.000,00			



172	Realizar diagnóstico sobre o público alvo das políticas assistenciais e elaborar mapeamento através de um sistema informatizado e georreferenciado (SIG) apontando situações de vulnerabilidade social e pessoal e mantê-lo atualizado, implantando instrumentos de informações integrados entre os setores de educação e saúde, bem como de monitoramento e avaliação da rede socioassistencial do Município.	Ação Institucional/ Administrativa	50.000,00			Municipal	3	
173	Implantar sistema de informatização integrada no departamento municipal de assistência social, possibilitando a sua integração com os demais setores públicos.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00			Municipal	5	
174	Adequar os edifícios públicos do setor de assistência social à acessibilidade universal - NBR 9050.	Ação Institucional/ Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	7	
175	Assegurar, através de ações administrativas/institucionais, a participação dos Conselhos Municipais ligados à ação assistencial na elaboração do PPA, LDO, LOA.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	5	
176	Apoiar e desenvolver cooperativas de habitação popular, mediante assessoramento incluindo aperfeiçoamento técnico de suas equipes obtendo melhores padrões de assentamento.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	5	
177	Identificar as áreas do município com possibilidade de desenvolvimento de projetos de habitação de interesse social e adquirir estas áreas para implantação de novos loteamentos e para a construção de unidades habitacionais de interesse social.	Ação Institucional / Administrativa	100.000,00	100.000,00	100.000,00	Municipal / Estadual / Federal	3	
178	Cadastrar famílias carentes, a fim de promover em ordem de prioridades as ações necessárias para a solução de déficit habitacional.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	5	
179	Promover a regularização de terrenos ocupados sem a devida documentação de posse.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	10	
Segu	ırança Pública	1.000.000,00	500.000,00	300.000,00	200.000,00			



	G	. ~			i i			
180	Criar panfletos ou cartilhas com orientação de como manter seu imóvel em maior segurança.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	4	
181	Formular e implementar programa de segurança, contemplando sistemas de alerta e comunicação quanto a situação de insegurança e emergência, em parceria com empresas do setor privado e organizações comunitárias.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	4	
182	Realizar patrulhamento ostensivo na área rural diariamente. Implantar o sistema de câmeras pela cidade. Equipar com sistema de vigilância, monitoramento, segurança e comunicação.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	3	
183	Operacionalizar o Conselho Municipal de Segurança Pública.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00			Municipal	5	
184	Estimular operações conjuntas da Comunidade e da Polícia Militar através do Conselho de Segurança.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00			Municipal	5	
185	Assegurar, através de ações administrativas / institucionais, a manutenção do PROERD – Programa Educacional de Resistencia às Drogas e a Violência.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	5	
186	Promover gestões junto ao Governo do Estado, no sentido de obter equipamentos e efetivo policial compatível com as necessidades do Município.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual / Federal	5	
187	Implantação do patrulhamento.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual / Federal	5	
188	Intervir junto ao Governo do Estado com o objetivo de ampliar o efetivo policial e o número de viaturas para o patrulhamento no Município, bem como pela manutenção das viaturas já existentes. Preservação de prédios públicos.	Ação Institucional / Administrativa		50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual / Federal	5	
Defe	sa Civil	370.000,00	185.000,00	185.000,00	0,00			
189	Implementar o Plano Diretor de Defesa Civil visando implementar programas de mudança cultural e de treinamento de voluntários conscientizando a população acerca de suas	Ação Institucional / Administrativa	75.000,00	75.000,00		Municipal / Estadual / Federal	10	





	responsabilidades frente à prevenção de							
190	desastres. Identificar junto aos moradores das áreas consideradas de risco, acessos possíveis para caminhões de coleta de lixo, transportes coletivos e serviços essenciais, como ambulâncias e corpo de bombeiros, carros pequenos, no caso de emergências e	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00		Municipal	3	
191	sinistros. Estruturar a Defesa Civil de Jundiaí do Sul, através da definição de uma sede própria e aquisição de veículo e equipamentos necessários para atuar em áreas de risco, em catástrofes naturais, combate e prevenção de epidemias, incêndios e acidentes com cargas perigosas nas rodovias regionais próximas as áreas urbanizadas.	Ação Institucional / Administrativa	60.000,00	60.000,00		Municipal / Estadual / Federal	10	
Cemi	itério e Serviços Funerários	850.000,00	650.000,00	100.000,00	100.000,00			
192	Elaborar projeto de lei, com base nas exigências do IAT e legislação estadual pertinente, sobre as principais condicionantes técnicas e institucionais relativas aos processos de construção, instalação, funcionamento de atividades e serviços destinados a sepultamentos e outros procedimentos dos cemitérios públicos.	Ação Institucional / Administrativa	250.000,00			Municipal / Estadual - IAT	10	
193	Elaborar programas específicos para realização de obras e serviços, tais como o levantamento de covas e quadras, visando à ampliação, conservação, manutenção e melhoria do cemitério municipal.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	10	
194	Elaborar novo programa especifico de apoio e viabilização de sepultamento de interesse de famílias necessitadas, visando a atender a todas as famílias de baixo poder aquisitivo que residam no Município, no que se refere aos custos dos serviços funerários e outras providencias.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	10	
195	Garantir o controle e o monitoramento das áreas de cemitério que podem ocasionar contaminação do solo e lençol freático, cumprindo o que determina a legislação	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual - IAT	3	



	estadual.							
196	Realizar análise técnica no solo para determinar o grau de contaminação do lençol freático.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual / Federal	3	
AÇÕ	ES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO		
	ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E TÃO DEMOCRÁTICA	3.445.000,00	2.270.000,00	540.000,00	635.000,00			
ASP	ECTOS DE INSTITUCIONAIS							
Insti	tucional e Gestão Democrática	3.445.000,00	2.270.000,00	540.000,00	635.000,00			
197	Criar e implantar base de dados acessível por meio eletrônico a toda a população, através do terminal público de consulta.	Ação Institucional / Administrativa			125.000,00	Municipal / Estadual / Federal	3	
198	Criar Núcleo de Planejamento, com arquiteto urbanista e engenheiro civil no quadro técnico, para implementação e monitoramento da aplicação do PDM.	Ação Institucional / Administrativa	250.000,00			Municipal	5	
199	Reestruturar e realizar revisão organizacional da administração pública.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal / Estadual / Federal	5	
200	Implantar Plano de Cargos e Carreiras para todos os servidores.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal / Estadual / Federal	5	
201	Atualizar o Estatuto do Servidor.	Ação Institucional / Administrativa	70.000,00			Municipal / Estadual / Federal	5	
202	Executar o recadastramento imobiliário no Município e atualização da Planta Genérica de valores Imobiliários.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00			Municipal	3	
203	Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informática.	Ação Institucional / Administrativa		40.000,00		Municipal	10	
204	Interligar em rede todos os setores do poder público.	Ação Institucional / Administrativa	300.000,00			Municipal / Estadual / Federal	5	
205	Criar e instituir o Conselho e o Fundo de Desenvolvimento Municipal, para atendimento aos objetivos e diretrizes do PDM, bem como para encaminhamento e	Ação Institucional / Administrativa	250.000,00			Municipal	10	



	execução das ações e projetos elencados no							
	Plano.							
206	Organizar debates, audiências, consultas públicas, conferencias, para concretizar o plano diretor, o orçamento participativo e a iniciativa popular de projetos de lei.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	5	
207	Garantir a participação de todos as secretarias municipais, órgãos estaduais atuantes no Município e a população nos processos decisórios e de formação de estratégias para o desenvolvimento municipal, implicando eficiência ao evitar duplicidade de projetos e análises.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	5	
208	Padronizar os procedimentos administrativos.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	5	
209	Promover a revisão do código tributário municipal.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	10	
210	Adquirir mobiliário, maquinas, equipamentos, utensílios e veículos, visando suprir ou minimizar as necessidades tecnológicas e estruturais do Poder Público Municipal na implantação e execução de obras e ações efetivas de desenvolvimento e manutenção dos serviços prestados à população.	Atrelado à elaboração de projetos específicos	250.000,00			Municipal / Estadual / Federal	8	
211	Criar base de dados acessível por meio eletrônico a todas as Secretarias Municipais e à população por meio da implementação do Sistema de Informações Geográficas – SIG, que irá mapear a situação das áreas de Preservação Natural, as áreas de cultivo, áreas improdutivas, tipo de usos do solo urbano e rural, entre outras informações para auxiliar no direcionamento dos recursos municipais.	Ação Institucional / Administrativa	25.000,00	25.000,00	30.000,00	Municipal / Estadual / Federal	5	
212	Definir metodologia e protocolo de trabalho integrado das secretarias municipais utilizando o SIG por meio eletrônico.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	5	
213	Promover a modernização Administrativa: modernizar estrutura administrativa de Jundiaí do Sul.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	5	



.—		. ~					T	
214	Criar um regimento interno da prefeitura municipal.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	5	
215	Prover recursos necessários para promover treinamento, capacitação e atualização dos funcionários da Administração Municipal em geral.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal / Estadual / Federal	6	
216	Garantir a continuidade dos serviços de aquisição de moveis, equipamentos, material de expediente, produtos de higiene e limpeza, gêneros alimentícios, material de construção, combustíveis, peças e serviços de mecânica, pneus, lubrificantes e outros destinados a manutenção do serviço público.	Ação Institucional / Administrativa	25.000,00	25.000,00	30.000,00	Municipal	5	
217	Acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento territorial, também propondo sobre a atualização ou a complementação do PDM.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	3	
218	Acompanhar políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do Município.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	3	
219	Analisar e aprovar projetos e empreendimentos de impacto significativo, incluindo indicação de medidas compensatórias ou mitigatórias e alterações que entender necessário, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação – Núcleo de Planejamento e Conselho de Desenvolvimento Municipal.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	3	
	ENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FÍSICO RITORIAL	2.250.000,00	950.000,00	650.000,00	650.000,00			
Orde	namento Fisicoterritorial e Sistema Viário	2.250.000,00	950.000,00	650.000,00	650.000,00			
220	Mapear áreas públicas de interesse para o Município para a implantação de estabelecimentos de uso comunitário.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	10	
221	Mapear áreas privadas de interesse para o Município para a aquisição e implantação de estabelecimentos de uso comunitário, como meio de subsidiar a aplicação dos instrumentos de ordenamento territorial do PDM (IPTU Progressivo no Tempo; Direito de	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	10	



1	Proomnoão ontro outros)							
222	Preempção, entre outros). Revisar sempre que necessário a ampliação do Perímetro Urbano em direções próximas às áreas urbanizadas da Sede, harmonizado com características do entorno, como: solo, relevo, bacias hidrográficas, APPs, etc.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	10	
223	Implementar o Sistema Viário Municipal e Urbano definido do PDM e transformado em Lei Complementar ao PDM.	Ação Institucional/ Administrativa	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal	10	
224	Propor Perímetro Urbano em direções próximas a áreas urbanizadas, harmonizando com características do entorno, como: solo, relevo, bacias hidrográficas, entre outros. Revisar sempre.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	10	
225	Propor Sistema Viário Urbano, através da hierarquização de vias, diretrizes viárias permitindo a mobilização urbana e mobilidade.	Ação Institucional / Administrativa	150.000,00			Municipal	10	
226	Atualizar constantemente o Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal como subsidio para o zoneamento urbano.	Ação Institucional / Administrativa	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal	10	
AÇÕ	ES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO			
тот	AL DO INVESTIMENTO	37.185.000,00	16.105.000,00	11.395.000,00	9.685.000,00			

7. INDICADORES E METAS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS AÇÕES PREVISTAS NO PAI



MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL Plano Diretor Municipal

Plano de Ação e Investimentos **Monitoramento e Controle**

INDICADORES E METAS PARA PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	DESCRIÇÃO	2023	2027
Índice de Arborização Urbana	Extensão de vias atendidas por arborização urbana	S. I.	80%
Qualidade da água	Índice de qualidade da água (1)	S. I.	79 <iat<100< td=""></iat<100<>
Abastecimento de água	Percentual de domicílios urbanos atendidos	100%	100%
Cobertura mata ciliar	Áreas de mata na faixa de preservação permanente	S. I.	90%
Área de reserva legal	Percentual de área territorial ocupado por reservas de mata	S. I.	60%
Coleta de esgotos	Percentual de domicílios urbanos atendidos por rede de esgoto	0%	50%
Esgoto tratado	Percentual do volume de esgoto coletado	0%	100%
Coleta de lixo	Percentual de domicílios urbanos atendidos	100%	100%
Coleta Seletiva	Percentual de domicílios urbanos atendidos	S.I.	100%
Drenagem de águas pluviais	Percentual de extensão das vias urbanas com rede de drenagem	90%	100%

Qualidade Ótima 79<IAT<100 (1) Qualidade Boa 51<IAT<79 Qualidade Regular 36<IAT<51 Qualidade Ruim 19<IAT<36 Qualidade Péssima IAT<19

IAT – Índice de qualidade de água bruta para fins de abastecimento público. S.I. – sem informação disponível.

(2)

INDICADORES E METAS PARA DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	DESCRIÇÃO	2023	2027
Capacidade de Investimento	Média do Percentual da receita destinada para investimento	20,57%	25%
Indicador de Esforço Tributário	Xdcvb/	64,11	70,00
Indicador de Dependência	Receita transferida/despesa total	0,78	0,60
Indicador de Financiamento dos Gastos	Despesa corrente/receita própria	16,29	10,00
Renda <i>per capita</i>	Valor do rendimento nominal mediano mensal (R\$) – PNUD 2000	199,13	800,00
Índice de Gini	Desigualdade de renda	0,56	0,47 (1)
IDH - Renda	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,656	0,736 (2)
IDH - Educação	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,815	0,90
Taxa de Analfabetismo	Medido pela Organização das Nações Unidas	11,7	10%
Média de anos de estudo	Medido pela Organização das Nações Unidas	6	10
IDH - Longevidade	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,752	0,85
IDH - Municipal	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,741	0,856 (2)

(1) Redução de 10% - quanto mais próximo de 1 maior desigualdade.

(2) Média do Estado do Paraná.



MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

INDICADORES E METAS PARA DESENVOLVIMENTO FÍSICOTERRITORIAL	DESCRIÇÃO	2023	2027
Déficit Habitacional Relativo	Percentual necessário de domicílios para população de baixa renda sobre total de domicílios urbanos	S.I.	2%
Índice de Áreas Verdes (praças e parques)	Total de áreas verdes por população total	S.I.	12,00m²/hab
Lotes Vazios	Percentual de lotes vazios sobre o total de lotes urbanos	45%	10%
Vias Urbanas Pavimentadas	Percentual de extensão total de vias urbanas	90%	100%
Passeios Públicos Pavimentados	Percentual de passeios públicos pavimentados	S.I.	90%
Acessibilidade Universal nos Edifícios Públicos	Percentual dos edifícios públicos adaptados para acessibilidade universal	S.I.	100%

⁽¹⁾ S.I. – sem informação disponível.

8. PARECER TÉCNICO



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

Através da análise do comportamento financeiro do município de Jundiaí do Sul, obtivemos os resultados da capacidade de investimento dos últimos cinco anos anteriores a 2022, e as projeções para investimentos a serem realizados nos próximos cinco anos.

O município de Jundiaí do Sul fará seus investimentos, conforme sua arrecadação, considerando que, no longo prazo, haverá um aumento médio e real das receitas e com as deduções das despesas, obter-se-á um montante para investimentos. Nessa análise é necessário também considerar a existência de receitas com destinos específicos, que custearão as despesas vinculadas às mesmas.

Todos os resultados apurados nessa análise irão compor o Plano de Ação e Investimentos que, na elaboração do PDM, irá demonstrar a capacidade de investimentos em curto, médio e no longo prazo.

1) COMPORTAMENTO DAS RECEITAS (2018 A 2022): ANEXO I

1.1) As receitas próprias tiveram um comportamento bastante regular e com oscilações no período 2018 e 2022, saindo de R\$ 1.763.270,00 em 2018 para R\$ 988.025,00 em 2021. No quinquênio, comparando 2018 com 2022, o decrescimento foi negativo em 56,04%.

O quadro do Anexo I demonstra o desempenho da receita própria, que encerrou o período 2018/2022 com uma média de arrecadação anual de R\$ 1.385.960,60.

1.2) Houve aumento de arrecadação de Transferências Constitucionais e Legais (Correntes) ao longo do período de 2018 a 2022. O crescimento das transferências correntes neste período teve muita oscilação, mas com crescimento no período. O maior aumento ocorreu entre os anos de 2021 para 2022, que passou de R\$ 16.670.100,00 para R\$ 18.409.974,70 (90,54%).

No quinquênio 2018/2022 as transferências correntes passaram de R\$ 13.665.396,00 para R\$ 18.409974,70, o que representou uma variação de 74,22%.

- **1.3)** No período analisado houve operação de crédito contratada, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2022.
- **1.4)** As transferências de convênios são muito importantes para que o município possa realizar investimentos e toda a transferência de convênio depende de uma situação orçamentária e política. As transferências nos exercícios foram significativas. A maior transferência ocorreu no exercício em 2022 sendo de R\$ 730.000,00. Nos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021 as transferências foram, respectivamente, R\$ 271.334,00, R\$ 182.700,00, R\$ 257.460,00 e R\$ 471.600,00.
- 1.5) Diante da análise final da arrecadação total realizada pelo município de Jundiaí do Sul de 2018 a 2022 e mesmo as pequenas transferências



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

voluntárias foram importantes para os investimentos realizados. O município mantendo nesta média de evolução ao longo dos próximos cinco anos (2018-2022), a média de investimentos poderá acompanhar o crescimento da arrecadação total.

2) COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2018 A 2022):

- **2.1)** Toda a evolução da arrecadação pelo município de Jundiaí do Sul possibilitou que as despesas com encargos e amortizações fossem pagas no período.
- **2.2)** Os valores de investimentos realizados pelo município de Jundiaí do Sul no quinquênio 2018-2022 foram demonstrados pelas informações contábeis e financeiras coletadas. A maior despesa com investimento ocorreu em 2022 com o montante de R\$ 3.045.650,00, seguida de 2020 e 2021 com R\$ 2.602.075,00. A menor em 2018 com R\$ 1.945.640,00.
- **2.3)** O que se pode concluir com relação à despesa total realizada pelo município de Jundiaí do Sul, no período de análise, é que a despesa acompanhou a evolução da receita no mesmo período e os investimentos foram constantes, com média de R\$ 2.506.648,00 de investimentos.

3) RESULTADO PRIMÁRIO (2018 A 2022):

A evolução da receita do Município proporcionou que, ao longo do período, se realizasse despesa com investimento. O resultado primário é a receita menos as despesas, excluídas, destas, as despesas com os encargos das dívidas. É de grande importância que os gestores municipais realizem seus investimentos na proporção da evolução da arrecadação e, se possível, trabalhando na diminuição das despesas de manutenção e custeio, aumento sua capacidade de investimento.

Os resultados primários nos exercícios de 2018 a 2022 oscilaram nos cinco anos. Os resultados primários respectivamente entre 2018 a 2022 foram: R\$ -823.000,00; R\$ -861.160,00; R\$ 238.840,00; R\$ -18.684.950,00 e R\$ -1.030.000,00.

4) COMPORTAMENTO DAS RECEITAS (2023 A 2027): ANEXO II

Trabalhamos com as estimativas de crescimento das receitas já estimadas pelo PPA e previstas no orçamento de 2023.

Sendo assim, serão apresentados os indicadores financeiros para que se façam tais investimentos das prioridades elencadas.

4.1) Foram realizadas previsões de arrecadação das receitas e estimativas para investimentos, para os próximos cinco anos posteriores a 2023, com uma visão bastante realista em relação ao que ocorreu nos cinco anos anteriores.



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

A arrecadação própria, baseada na média de arrecadação de 2023 a 2027¹, está otimista, passando de R\$ 1.663.200,00 arrecada em 2023, para uma estimativa de R\$ 1.719.400,00 em 2025, previsão está que deve ser superada pelo histórico anterior. Acontecendo esta previsão, aí sim, a estimativa para os anos de 2023 a 2027 deve se realizar com projeção de crescimento de 10% ao ano.

Uma realidade abordada na maioria dos municípios com população inferior a 50.000 habitantes é a não atualização da planta genérica de valores, cadastro técnico imobiliário e código tributário municipal onde, contribui para que o município deixe de arrecadar. A atualização tributária é importante pelo fato de que, com um trabalho efetivo nesse sentido, se possam obter informações atualizadas do real valor dos imóveis no município e assim, se adequar as leis vigentes, à realidade do município e cobrar o que é justo para a população e para o município.

- **4.2)** As transferências correntes a arrecadar previstas de 2023 a 2027 são otimistas, considerando que em 2023 arrecadou-se R\$ 19.929.300,00 e para 2025 está previsto transferências de R\$ 25.304.600,00, aumento de 78,75%. Para 2023 e nos exercícios seguintes foi projetada uma evolução de 15% ao ano até 2027, com média até agora é de R\$ 13.651.060,00. Este cenário está previsto dentro de uma econômica de crescimento, cuja realização dependerá do panorama econômico interno e principalmente o externo.
- **4.3)** Há operações de créditos previstas para os exercícios de 2023 de R\$ 1.727.500,00, 2024 de R\$ 23.021.400,00 e 2025 de R\$ 25.304.600,00.
- **4.4)** As transferências de capital de convênios dependem de acordos firmados entre o Município e a União e o Estado. Para os exercícios de 2023 a 2027 não há previsão de transferências via convênios. Entretanto, previsto ou não, os recursos de transferências dependerão de um esforço na elaboração de projetos e ações políticas para que o município possa ter acesso aos recursos.
- **4.5)** A análise geral da arrecadação total para investimentos do município de Jundiaí do Sul, aponta para a uma evolução constante da receita que irá proporcionar que o município possa continuar investindo ainda ao longo dos próximos cinco anos (2023-2027) em patamares superiores ao que investiu de 2018 a 2022.

5) COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2023 A 2027):

5.1) A receita do município de Jundiaí do Sul suporta financeiramente o pagamento dos encargos e das amortizações, despesas estas que não inviabilizará a realização de investimentos.

¹ A Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul não apresentou os dados contábeis referentes aos anos de 2026 e 2027.



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

5.2) Diante da previsão de arrecadação, é coerente se fazer uma previsão de despesa considerando a previsão de arrecadação. O Município não terá folego para maiores investimentos nos próximos 5 anos, pois entre previsão de arrecadação e previsão de despesas os valores apresentados mostram que não haverá sobra.

5.3) Podemos observar no item 5.3 da planilha que as despesas com investimentos continuarão crescendo a partir de 2023 em patamar bem superior aos dos exercícios de 2018 a 2022.

Nas propostas de curto, médio e longo prazo, com recursos próprios ou não definidos, temos uma estimativa de despesas de R\$ 2.185.840,00 não foi especificado a previsão de investimentos. Considerando, também, que partes dos recursos poderão vir a "fundo perdido" através de convênios com o Estado ou União, ou ainda, através de financiamento pela capacidade de endividamento, o Município terá que fazer um grande esforço para cumprir as metas estabelecidas.



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

ANEXO I - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2018 A 2022

1) RECEITA DO MUNICÍPIO EM:Anexo I		2018		2019		2020		2021		2022	Méd	lias de Arrecadações
1) RECEITA DO MONICIPIO EMEATIEXO I		2010		2019		2020		2021		2022		Realizadas
1.1) Receitas Próprias Arrecadadas (Trib +												
Econ + Patr + Agro + Ind + Serv + Outras)	R\$	1.763.270,00	R\$	2.168,00	R\$	2.018.040,00	R\$	2.158.300,00	R\$	988.025,00	R\$	1.385.960,60
1.2) Transferências Correntes Arrecadadas												
(Tranf. Legais e Constitucionais)												
	R\$	13.665.396,00	R\$	14.531.900,00	R\$	15.425.100,00	R\$	16.670.100,00	R\$	18.409.974,70	R\$	15.740.494,14
1.3) Receitas de Capital (somente operações de												
créditos contratadas)												
	R\$	100.000,00		100.00,00	R\$	100.000,00	R\$	-	R\$	171.000,00	R\$	74.200,00
1.4) Transferências de Capital Arrecadadas												
(Tranf. de Convênios)	R\$	271.334,00	R\$	182.700,00	R\$	257.460,00	R\$	471.600,00	R\$	730.000,00	R\$	382.618,80
1.5) Alienação de bens									R\$	901.000,00	R\$	180.200,00
1.6) Arrecadação Total (1.1+1.2+1.3+1.4+1.5)		15.800.000		14.716.768		17.800.600		19.300.000		21.200.000		17.763.474
2) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:		2018		2019		2020	2021		2022		Médias de Despesas	
,		2010		2013		2020		2021		2022		Realizadas
2.1) Despesa c/ Encargos + Amortizações												
(pagos)	R\$	14.519.360,00		15.044.670,00	R\$	15.922.395,00	_	15.922.395,00	R\$	18.972.350,20		16.076.234,04
2.2) Despesa com Investimentos (pagos)	R\$	1.945.640,00	R\$	2.337.800,00	R\$	2.602.075,00	R\$	2.602.075,00	R\$	3.045.650,00	R\$	2.506.648,00
2.3) Despesa Total (2.1 + 2.2)		16.465.000		17.561.160		18.704.250		18.524.470		22.018.000		18.654.576
3) RESULTADO PRIMÁRIO:		2018		2019		2020		2021		2022		
3.1) Receita (fiscais correntes + fiscais de												
capital)	R\$	15.800.000,00	R\$	16.700.000,00	R\$	17.800.000,00	R\$	19.300,00	R\$	21.200.000,00	R\$	14.303.860,00
3.2) Despesa (fiscais cor. + fiscais de cap. + res.												
de contingência)	R\$	16.623.000,00	R\$	17.561.160,00	R\$	17.561.160,00	R\$	18.704.250,00	R\$	22.230.000,20	R\$	18.535.914,04
3.3)Resultado				-861.160		238.840		-18.684.950		-1.030.000		-5.084.318

Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul.





Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

ANEXO II - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2023 A 2027

4) RECEITA DO MUNICÍPIO EM:Anexo II		2023		2024		2025	2026	2027	Médias de Arrecadaç à Realizar	
4.1) Receitas Próprias à Arrecadar (Trib. Econ. Agro. Ind. Serv. e Outras)	R\$	1.663.200,00	R\$	1.563.600,00	R\$	1.719.400,00			R\$	989.240,00
4.2) Transferências Correntes à Arrecadar (Tranferências Legais e Constitucionais)										
	R\$	19.929.300,00	R\$	23.021.400,00	R\$	25.304.600,00			R\$	13.651.060,00
4.3) Receitas de Capital à Arrecadar (somente operações de créditos a serem contratadas)										
,	R\$	1.727.500,00	R\$	23.021.400,00	R\$	25.304.600,00			R\$	10.010.700,00
4.4) Transferências de Capital à Arrecadar (Tranferências de Convênios)									R\$	-
4.5) Previsão de Arrecadação Total (1.1 +										
1.2 + 1.3 + 1.4)	R\$	23.320.000,00	R\$	47.606.400,00	R\$	52.328.600,00	R\$ -	R\$ -	R\$	24.651.000,00
5) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:		2023		2024		2025	2026	2027	Média	as de Despesas à Realizar
5.1) Despesas c/ Encargos +										
Amortizações (à pagar)	R\$	3.101.200,00	R\$	3.766.600,00	R\$	4.061.400,00			R\$	2.185.840,00
5.2) Despesa com Investimentos									R\$	-
5.3) Previsão de Despesa Total (5.1 + 5.2)	R\$	3.101.200,00	R\$	3.766.600,00	R\$	4.061.400,00	R\$ -	R\$ -	R\$	2.185.840,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul.

N S

MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL

Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

9. O SISTEMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DO PLANO DIRETOR

O Sistema de Monitoramento e Controle do Plano Diretor, que tem por objetivo promover o monitoramento contínuo da Política Urbana disposta nas Leis do Plano Diretor Municipal, da seguinte forma:

- I. estruturar, gerenciar e analisar as informações municipais, relacionando-as aos princípios, diretrizes e objetivos desta Lei, a fim de verificar os resultados alcançados;
- II. acompanhar a execução e integração intersetorial de planos, programas, projetos urbanísticos, estudos e ações decorrentes de suas propostas.

São diretrizes do Sistema de Monitoramento e Controle do Plano Diretor:

- I. acompanhar o desempenho alcançado a partir de indicadores estabelecidos para avaliar o resultado da implantação deste Plano Diretor;
- II. fornecer informações necessárias à tomada de decisão sobre a necessidade de ajustes, adaptações ou revisões do Plano Diretor, de forma a contribuir para a melhoria da gestão municipal;



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

- III. articular as ações entre os diversos órgãos municipais, em específico, aquelas necessárias à implantação das disposições deste Plano Diretor;
- IV. celebrar convênios ou consórcios para estruturação do Sistema e para a viabilização de planos, programas e projetos;
- V. propor a convocação de reuniões intersetoriais e de conselhos municipais, quando necessário;
- VI. firmar convênios ou consórcios com Municípios vizinhos, para articulação de planos, programas e ações de interesse comum.

O Sistema Municipal de Monitoramento e Controle do Plano Diretor ficará a cargo da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, e pelo acompanhamento da implantação do Plano Diretor, e pelas revisões da legislação urbanística e coordenação das ações junto aos demais órgãos componentes do Sistema no que se refere ao uso e à ocupação do solo; bem como dos órgãos setoriais da administração municipal, vinculados direta ou indiretamente ao desenvolvimento urbano e ao meio ambiente, responsáveis pelas políticas públicas setoriais estabelecidas neste Plano Diretor.

A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano também deverá:

- coordenar as ações, visando à implantação e à implementação do Plano Diretor;
- II. propor normas e definir parâmetros que garantam a implementação e a continuidade dos estudos referentes ao planejamento do território, bem como a compatibilidade de planos e programas referentes ao desenvolvimento municipal;
- III. disponibilizar para a sociedade e para os órgãos setoriais as informações constantes do Sistema de Monitoramento do Plano Diretor, bem como propor caminhos alternativos, se necessário, para a correção de rumo;
- IV. definir prazos, periodicidade, metodologias e padronização das informações provenientes dos órgãos da administração pública para seu processamento pelo órgão responsável pelo Planejamento Territorial;
- V. definir a listagem dos indicadores de avaliação, controle e acompanhamento do Plano Diretor, a partir do ano de implantação do Sistema de Monitoramento e Controle do Plano Diretor.

A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano deve apresentar a relação de indicadores de monitoramento e avaliação do Plano Diretor, bem como publicar anualmente os relatórios e manter atualizados os indicadores de monitoramento e avaliação das Leis do Plano Diretor. Os indicadores de monitoramento e avaliação



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

deverão contemplar as diferentes dimensões da avaliação de desempenho das políticas públicas apontadas no Plano Diretor, devendo registrar e analisar, no mínimo:

- os resultados alcançados em relação aos objetivos do Plano Diretor, do Zoneamento;
- II. os avanços em relação à realização das ações prioritárias nos sistemas urbanos e ambientais previstas neste Plano Diretor;
- III. os desempenhos de todos os instrumentos de política urbana e de gestão ambiental previstos no Plano Diretor.

Cada aspecto específico contará com um subconjunto de indicadores georreferenciados a serem monitorados e manterá conexão com todos os planos, projetos e programas tratados no Plano Diretor, assim definidos:

- I. para o aspecto social serão considerados os indicadores de rendimento, saúde, educação, trabalho, segurança e habitação;
- II. para o aspecto ambiental serão considerados os indicadores de saneamento, preservação e qualidade de vida;
- III. no aspecto econômico serão considerados os indicadores de vocação econômica;
- IV. para o aspecto institucional serão considerados os subconjuntos de indicadores de cobertura institucional.

Os indicadores utilizados deverão ser oriundos de órgãos oficiais de reconhecida competência em níveis nacional, estadual, regional e local. O Grupo Técnico da prefeitura deverá produzir relatório anual com o objetivo de fornecer subsídios à elaboração do Plano Plurianual de Governo.

Para ampliar o suporte técnico-administrativo do Sistema de Monitoramento e Controle do Plano Diretor, podem ser criadas comissões e equipes específicas, de caráter permanente ou temporário, integradas pelos diversos órgãos do Poder Público Municipal, às quais caberá analisar e propor ações de caráter intersetorial.

O objetivo do Sistema de Planejamento Municipal é garantir um processo dinâmico, permanente e transparente de implementação dos objetivos gerais do Plano Diretor, bem como de suas diretrizes, através dos instrumentos previstos nas Leis do Plano Diretor e nas demais normas disciplinadoras, propiciando o adequado acompanhamento e controle.

Compete ao Sistema de Planejamento articular as ações dos órgãos da Administração direta e indireta do Município, bem como da iniciativa privada, para a implementação deste Plano Diretor.



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

Compõem o Sistema de Planejamento, como órgãos de apoio e informação ao Prefeito, para as decisões referentes à realização dos objetivos, diretrizes e ações do Plano Diretor:

- I. A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
- II. O Conselho de Desenvolvimento Municipal.

As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração direta e indireta deverão participar da implementação das disposições das Leis do Plano Diretor, atualizando informações georreferenciadas em banco de dados único, elaborando os planos de ação integrada e os projetos de normas disciplinadoras, nas áreas de sua competência.

A composição e funcionamento serão definidos em legislação específica, de forma a alinhá-lo ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, em especial ao Conselho Nacional das Cidades e ao Conselho Estadual das Cidades.

A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, além das suas atribuições atuais, compete:

- I. Coordenar e manter atualizado no Sistema de Informações Municipal, informações e cadastramento de interesse para o planejamento do Município, garantindo seu acesso aos munícipes;
- II. Propor convênios, consórcios e termos de cooperação técnico-administrativa, visando à promoção de programas e a implantação de obras que envolvam a participação de outros Municípios, entidades e esferas de governo;
- III. Compatibilizar, quando do interesse do Município, os planos e projetos com as propostas regionais;
- IV. Propor alterações na legislação do parcelamento, uso e ocupação do solo e nos demais diplomas normativos necessários à aplicação dos novos instrumentos para consecução dos objetivos e diretrizes do Plano Diretor;
- V. Coordenar a gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- VI. Coordenar as revisões do Plano Diretor e de suas normas regulamentadoras;
- VII. Assegurar a participação dos munícipes e de suas entidades representativas em todas as fases do processo de planejamento urbano e ambiental.

INDICADORES

Os Indicadores representam formas de se avaliar os resultados e desempenhos da administração pública, com relação as ações realizadas que foram propostas no Plano Diretor Municipal através do Produto - Plano de Ação e



Plano Diretor Municipal Plano de Ação e Investimentos Monitoramento e Controle

Investimentos, possibilitando acompanhar a execução ao longo dos prazos estabelecidos. Desta forma, reavaliar a situação e colocar novas estratégias para o alcance das metas propostas caso necessário.

Para tanto serão propostos mecanismos de avaliação para medir o progresso de cada ação, estes mecanismos serão expostos na Tabela Resumo das Ações, como forma de direcionar os responsáveis por cada setor da administração para suas avaliações.

Seguem os mecanismos:

Tabela 01 - Mecanismos de Avaliação

ITÉM	MECANISMOS DE AVALIAÇÃO
1	Melhoramento de infraestrutura e qualidade de vida
2	Valor necessário x demanda de atendimento
3	Monitoramento e controle das ações
4	Promoção de campanhas de conscientização
5	Adequação da estrutura administrativa
6	Promoção de capacitação profissional
7	Reforma, adequação, ampliação e construção de equipamentos públicos
8	Aquisição de insumos para prédios públicos
9	Aquisição de veículos para a frota municipal
10	Implementação de legislação específica, planos e projetos

Fonte: MB Consultoria, 2023

Através dos mecanismos propostos a administração pública deverá fazer avaliações periódicas, analisando se as metas estão sendo cumpridas, no intuito de se obter 100% de realizações no período proposto. Desta forma obtendo-se o Indicador de Resultado de cada ação.

Na Tabela Resumo das Ações estão contempladas detalhadamente as ações do Plano de Ação e Investimentos, possibilitando a análise individualizada e as metas atingidas.



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL



CNPJ no. 76.408.061/0001-54

Rua Anchieta, Praça Pio X, 260 Jundiaí do Sul - PR Telefone/Fax: (43) 3626-1490 CEP 86470-000

E-mail: prefeitura@jundiaidosul.pr.gov.br

ECLAIR RAUEN

Prefeito Municipal

Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Ivanise de Lima Silva - Departamento Municipal de Assistência Social

Cássia Regina Paiva - Departamento Municipal de Saúde

Rosemary Camargo de Andrade - Departamento Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Silvia Aparecida Otávio - Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

Lucas Aparecido de Oliveira - Departamento Municipal de de Transporte, Obras Públicas, Habitação, Urbanismo e Saneamento

Walderlei Leme Fernandes - Divisão de Compras e Licitação

Claudio Francisco Oliveira Pinto - Setor de Tributação

Odair Rosildo Farinha - Setor de Convênio

Eunice Paulina Ferreira - Tesoureira

Fernanda Aline de Andrade - Controle Interno

Kogi Emoto - Setor de Recursos Humanos

Adauheber Macedo da Silva - Procurador Jurídico

Eduardo Brambilla Baggio - Engenheiro Civil

Alexandre Augusto Ormeneze - Arquiteto

Coordenador - Odair Rosildo Farinha

Assessor Jurídico - João Pedro Soares de Arruda dos Reis



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Odair Rosildo Farinha - Coordenador da Equipe Técnica Municipal

Devani Coutinho Vieira Alvarenga - Conselho Municipal de Assistência Social

Erli Sales da Luz - Conselho Municipal de Saúde

Jocimar Aparecida de Souza - Conselho Municipal de Educação

João Prestes Pereira da Silva – Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de

Interesse Social

Vilmara Damásio Caetano - Associação do Assentamento Matida

Paulo Roberto Pedro - Associação Jundiaiense do Agronegócio

Anderson Luiz de Oliveira - Cooperativa Fábrica de Papel

Dirce Castorina Ferreira Figueiredo - Associação do Assentamento Nango Vive

Irene Cardoso de Oliveira - Associação do Assentamento Ely Moutinho

Pedro Prestes - Câmara de Vereadores

Gabriela Fernanda Morais dos Santos Carvalho - Câmara de Vereadores

Jair Veríssimo de Paula Filho - Sindicato do Trabalhador Rural do Município

Sandra Regina Mazzaro Rodrigues - Comerciantes de Jundiaí do Sul

Djalma de Oliveira - Comerciantes de Jundiaí do Sul

Elizete Aparecida Gaveluk – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jundiaí do Sul

Letícia Aparecida Inácio de Oliveira - Conselho Tutelar

Márcia Maria de Macedo - Conselho Tutelar

Eronildo da Silva Andrade - APAE



Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos
Monitoramento e Controle

CONSULTORIA CONTRATADA



MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTOS S/S. LTDA.

CNPJ: 05.882.271/0001-31 • CAU 29379-2 Tel.: 43 3017 4219 - Londrina-PR e-mail: mbconsultoria@sercomtel.com.br

RESPONSÁVEL TÉCNICA:

Msc. Márcia Bounassar

Arquiteta e Urbanista Especialista em Gestão Técnica do Meio Urbano CAU A11950-4